



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Direito

GLEYCIANE RODRIGUES DOS SANTOS BARBOSA

**A CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM OS GENITORES
PRIVADOS DE LIBERDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DO PARADIGMA DA
PROTEÇÃO INTEGRAL**

Brasília
2015

GLEYCIANE RODRIGUES DOS SANTOS BARBOSA

**A CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM OS GENITORES
PRIVADOS DE LIBERDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DO PARADIGMA DA
PROTEÇÃO INTEGRAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de bacharel no curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Orientadora: Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

**Brasília
2015**

GLEYCIANE RODRIGUES DOS SANTOS BARBOSA

**A CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM OS GENITORES
PRIVADOS DE LIBERDADE: UMA ANÁLISE À LUZ DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO
INTEGRAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de bacharel no curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Orientadora: Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Brasília, _____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. M^a Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza
Orientadora

Examinador (a)

Examinador (a)

Aos meus pais, ao meu irmão, ao meu namorado, familiares e amigos que me ajudaram a alcançar o objetivo de concluir esta etapa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, fonte de sabedoria e fortaleza, que me concedeu o dom da vida e saúde para que pudesse completar mais uma etapa.

Aos meus pais, exemplos de vida e perseverança, por acreditarem no meu potencial, investirem em mim, me acalmarem nos momentos de angústia e dificuldades.

Ao meu irmão pela ajuda ao longo do curso, que contribuiu para minha formação acadêmica.

Ao meu namorado pelo carinho, apoio e compreensão diante das minhas ausências, por sempre me incentivar a não desistir dos meus objetivos.

À Professora Selma, por compartilhar seu conhecimento, pelos incentivos e correções durante o período de orientação.

Aos meus amigos que colaboraram para a conclusão dessa etapa.

Aos dirigentes das Penitenciárias Feminina e Masculina do Distrito Federal, que se disponibilizaram em me receber e sanar todas as minhas dúvidas quanto à temática da pesquisa monográfica.

“A convivência é uma arte que exige um
conjunto de normas no qual o respeito
exerce papel principal.”

Mirna Rosa

RESUMO

A presente pesquisa monográfica versou sobre a análise da convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade. O estudo teve por finalidade apontar o aparente conflito entre a Lei nº 12.962/2014, a qual reconheceu o direito à convivência familiar no âmbito prisional e os princípios que sedimentam o Paradigma da Proteção Integral, reconhecido pelo ordenamento jurídico internacional e nacional. Desta forma, o trabalho buscou estabelecer reflexões acerca do problema de pesquisa, a partir da revisão de literatura, de dados e de instrumentos normativos, considerando os primeiros apontamentos oriundos do Projeto “Mães do Cárcere”, os aspectos da construção da Proteção Integral destinada às crianças e aos adolescentes, com destaque aos princípios e aos direitos que consagraram juridicamente à criança e o adolescente; a entidade familiar, sobretudo, quanto às relações no contexto prisional, bem como a aplicação da nova alteração legislativa nas Penitenciárias Feminina e Masculina do Distrito Federal, por meio de entrevistas realizadas aos dirigentes.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Genitores privados de liberdade. Proteção Integral. Convivência familiar.

ABSTRACT

This monographic research expounded on the child's interaction analysis and adolescents with parents deprived of freedom. The study aimed to point out the apparent conflict between Law No. 12,962/2014, which recognized the right to family life in the prison context and principles that settle the Paradigm of Integral Protection, recognized by international and national law. Thus, the study sought to establish reflections about the research problem from the literature review, data and normative instruments, considering the first notes come from the project "Prison Mothers", aspects of construction of the Integral Protection aimed at children and adolescents, highlighting the principles and rights that legally consecrated to children and adolescents; the family unit, especially regarding relations in the prison context, as well as the implementation of the new legislative changes in the Penitentiary Women and Men of the Federal District, through interviews to the leaders.

Keywords: Child. Teenager. Parents deprived of freedom. Integral protection. Family life.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	12
1.1 Uma Abordagem do Projeto “Mães do Cárcere” e seus Desdobramentos	12
1.2 Da Pesquisa nas Penitenciárias do Distrito Federal	20
2 DA CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DESTINADA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	26
2.1 Dos Instrumentos Normativos	26
2.1.1 A Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989	27
2.1.2 A Constituição Federal de 1988	30
2.1.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90)	32
2.2 Os Princípios que regem o Paradigma da Proteção Integral	34
2.2.1 Princípio da Prioridade Absoluta	34
2.2.2 Princípio da Corresponsabilidade da Família, da Sociedade e do Estado	36
2.2.3 Princípio do Interesse Superior da Criança e do Adolescente	38
2.2.4 Princípio da Condição Peculiar em Desenvolvimento	39
2.3 Direto Fundamental à Convivência Familiar	40
3 ASPECTOS QUANTO À CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM OS GENITORES PRIVADOS DE LIBERDADE	44
3.1 Relações Familiares e a Criança e o Adolescente	44
3.2 A Convivência Familiar no Âmbito do Encarceramento dos Genitores	48
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A	64
APÊNDICE B	67
APÊNDICE C	70
APÊNDICE D	71

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, na perspectiva do Paradigma da Proteção Integral. Este direito à convivência foi conferido a partir da Lei nº 12.962/2014, que inseriu o parágrafo 4º do artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

As divergências acerca dessa convivência se fundam no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal de 1988, instrumentos normativos que asseguram à criança e ao adolescente o direito de serem criados e educados no seio familiar, estabelecendo assim que a família é o primeiro espaço social ao desenvolvimento psicofísico dessa categoria.

Sobre as objeções quanto ao convívio da criança e do adolescente com os pais encarcerados, realizou-se em agosto de 2011, o Seminário “Mães do Cárcere: Construindo Caminhos para a Garantia da Convivência Familiar de Mulheres e Crianças”, no Tribunal de Justiça de São Paulo, com a participação de juristas, defensores, especialistas, executivos e pessoas da comunidade, com intuito de garantir a convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade.

O Seminário decorreu de um projeto, denominado “Mães do Cárcere” da Pastoral Carcerária, que desde 1997 realizava visitas no Sistema Penitenciário Feminino de São Paulo, tendo evidenciado o abandono e inércia do Estado em relação às genitoras privadas de liberdade e seus respectivos filhos. Diante deste quadro, a Pastoral buscou mecanismos para a construção de uma política pública de atendimento para as mães encarceradas, no que tange à convivência com os filhos.

Esse projeto deu suporte à justificativa do Projeto de Lei nº 58/2013, que reconheceu como direito a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade, tendo por principal argumento a manutenção do vínculo familiar.

O projeto culminou na Lei nº 12.962/2014, que alterou inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre eles a inclusão do § 4º no artigo 19¹.

A partir desse contexto, o problema da presente pesquisa pauta-se nas seguintes indagações: a convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade está em harmonia com o Paradigma da Proteção Integral? Essa convivência nas Penitenciárias, Centros de Readaptação, Centro de Detenção Provisória, dentre outros, não colocaria em risco à segurança e o desenvolvimento saudável?

A hipótese a ser considerada é a de que embora essa convivência seja assegurada pela recente Lei nº 12.962/2014, as crianças e os adolescentes encontram-se em uma condição peculiar em desenvolvimento e necessitam de proteção especial, tendo por embasamento os preceitos fundamentais e as normas internacionais, as quais consagram o direito à vida, à segurança e a proteção integral, e que esses devem prevalecer quando confrontados com outros direitos.

A presente pesquisa tem por marco teórico o Paradigma Sociojurídico da Proteção Integral, o qual define que as crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento que, por estarem em condição vulnerável, precisam ter seus direitos assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado. Para tanto serão utilizadas as reflexões de Norberto Bobbio, Marta de Toledo, Tânia Pereira da Silva, dentre outros.

Quanto à metodologia serão empreendidas a revisão de literatura, a análise de dados e instrumentos normativos, bem como entrevistas realizadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal no dia 18 de Março de 2015 e na Penitenciária Masculina do Distrito Federal no dia 07 de Abril de 2015, cujos formulários encontram-se nos apêndices.

¹ Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. § 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.

A pesquisa acha-se estruturada nos seguintes moldes:

O primeiro capítulo buscará contextualizar o problema quanto à convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, abordando desde os primeiros apontamentos oriundos das visitas realizadas pela Pastoral Carcerária nas Penitenciárias Femininas do Estado de São Paulo até a vigência da Lei nº 12.962/2014, perpassando pela ação desenvolvida em conjunto com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo – DPESP, pelos desdobramentos do Projeto “Mães do Cárcere”, bem como pelas informações colhidas nas visitas realizadas nas Penitenciárias Feminina e Masculina do Distrito Federal.

O segundo capítulo, num primeiro momento, abordará aspectos sobre a construção do Paradigma da Proteção Integral, pautado na elevação de crianças e adolescentes como sujeitos de direito. Posteriormente serão apresentados os documentos internacionais e nacionais que efetivaram esse reconhecimento e serviram de base para a construção desse novo paradigma, com destaque para os princípios e os direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

No terceiro capítulo serão abordados os aspectos do direito à convivência dos filhos com os genitores privados de liberdade, perpassando pela análise da entidade familiar, no que toca às relações afetivas, aos princípios do melhor interesse e da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Por fim, a presente pesquisa registra importância acadêmica, na medida em que aponta aparente contradição entre o Paradigma da Proteção Integral prevalente no ordenamento jurídico e o reconhecimento do direito da criança e do adolescente conviverem com os seus genitores no ambiente prisional. As reflexões a serem desenvolvidas tem por intuito fomentar a discussão e estudos sobre o tema.

1 DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Nesse capítulo será apresentado o Projeto “Mães do Cárcere”, resultado das primeiras iniciativas da Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo em busca de uma política de atendimento às genitoras encarceradas e seus respectivos filhos, a partir da análise dos principais problemas encontrados no sistema carcerário brasileiro, perpassando pelos desdobramentos do projeto, sobretudo, pela elaboração da nova diretriz acerca da convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade.

Ainda, à guisa de contextualização do problema serão apresentadas as informações extraídas de entrevistas realizadas nas Penitenciárias Feminina e Masculina do Distrito Federal, quanto à aplicação da Lei nº 12.962/2014, que consagrou juridicamente a convivência da criança e do adolescente com os genitores encarcerados.

1.1 Uma Abordagem do Projeto “Mães Do Cárcere” e seus Desdobramentos

Antes da Lei nº 12.962/2014, a qual consagra a convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, muitos estabelecimentos penitenciários vedavam a convivência, pelos riscos atinentes à exposição ao ambiente carcerário e por não terem condições adequadas de receber crianças e adolescentes.

Essas condições ligadas ao ambiente carcerário no Brasil consistem em negligência, desrespeito e tratamento desumano, não só para aqueles que estão em desconformidade com a lei penal, mas para todos que frequentam as prisões, Centros de Readaptação, Centros de Detenção, dentre outros.

Percebe-se que esse ambiente aponta a vulnerabilidade que os genitores privados de liberdade são expostos, tendo em vista a superlotação, a violência, o

preconceito, a injustiça, a carência de profissionais e de atividades culturais e profissionais que mobilize à ressocialização².

Para Foucault, o ambiente penitenciário retrata concepções e estrutura de coerção, produz efeitos e estabelece mecanismos para erradicar a delinquência, mas que na prática resulta em consolidação da criminalidade³.

Sob essa perspectiva, a pesquisa realizada pelo Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo – SAP/SP, entre os anos de 2000 a 2013, apresenta a problemática política de atendimento destinada às genitoras encarceradas na Penitenciária Feminina da Capital, localizada no Estado de São Paulo⁴.

Essa pesquisa demonstra que a supressão de direitos, a falta de materiais que propiciem tratamento humanitário e outras mazelas, colaboram para o cenário institucional que não propicia suporte adequado à condição de privação de liberdade, o que torna o ambiente inapropriado para a permanência dos genitores privados de liberdade e por consequente, inviabiliza a permanência das crianças e adolescentes⁵, quadro que, por certo motivou o indeferimento dessa espécie de visitas.

Estes indeferimentos foram constatados principalmente nas Unidades Femininas do Estado de São Paulo, através das visitas promovidas inicialmente pela Pastoral Carcerária. De acordo com participantes da Pastoral havia uma manipulação de argumentos por parte dos estabelecimentos penitenciários, que na verdade estariam inviabilizando a convivência entre as crianças e adolescentes com os genitores encarcerados, a continuidade do vínculo familiar e até mesmo a ressocialização dos

² MARIN, Isabel da Silva Kahn. *Tornar-se Mães Num Presídio: a criação de um espaço potencial*. 2015. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Artigo-Isabel-Marin_Tornar_se_mae_num_presidio.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

³ FOCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 40.

⁴ MARIN, Isabel da Silva Kahn. *Tornar-se Mães Num Presídio: a criação de um espaço potencial*. 2015. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Artigo-Isabel-Marin_Tornar_se_mae_num_presidio.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

⁵ Ibidem.

genitores privados de liberdade⁶.

As primeiras visitas ocorreram em 1997, nas Unidades de Dacar I e IV⁷, localizadas em Pinheiros-SP, em que foi constatado o descaso e abandono do Poder Público em relação as mães privadas de liberdade. Diante desta situação, a Pastoral procurou ajuda de advogados, a fim de que pudessem garantir que o Estado prestasse atendimento jurídico às encarceradas⁸.

Em 2011, a Pastoral Carcerária, juntamente com a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo desenvolveram o projeto “Mães do Cárcere”, com intuito de assegurar o devido atendimento jurídico, psicológico e social às genitoras privadas de liberdade e seus filhos, abrangendo um estudo complexo da realidade vivenciada por essas genitoras, por meio de visitas periódicas, coleta de informações, análise dos locais em que elas permaneciam presas, dentre outros⁹.

Destaca-se que o projeto almejava estabelecer metas para assegurarem o direito à convivência familiar, uma extensão do período mínimo de amamentação, o contraditório e a ampla defesa nos processos de destituição do poder familiar, o direito à liberdade ou à prisão domiciliar as mães¹⁰.

Os primeiros apontamentos acerca do tema culminaram na realização do Seminário “Mães do Cárcere: Construindo Caminhos para a Garantia da Convivência Familiar de Mulheres e Crianças”, ocorrido nos dias 18 e 19 de agosto de 2011, realizado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP, promovido pela

⁶ PASTORAL CARCERÁRIA. Experiência da Pastoral Carcerária Inspira Política de Atendimento a Mães Presas em SP. 2014. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/experiencia-da-pastoral-carceraria-inspira-politica-de-atendimento-a-maes-presas-em-sp.html>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

⁷ Os Departamentos de Administração Carcerária I e IV eram denominados “Cadeiões de Pinheiros”, os quais pertenciam à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e que atualmente foram reformados e transformados em Centros de Detenção Provisória. SÃO PAULO. *Secretaria de Administração Penitenciária: realizações da SAP: inauguração de novas unidades prisionais e entrega de reformas*. 2008. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0300-0399/not349.html>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS. *Mães do Cárcere dá Assistência a Mães e Gestantes Presas*. 2012. Disponível em: <<http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=15787>>. Acesso em: 25 maio 2015.

Defensoria Pública do Estado de São Paulo – DPESP conjuntamente com a Pastoral Carcerária, os Núcleos Especializados de Situação Carcerária, de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher bem como da Infância e da Juventude, a Escola de Defensoria Pública do Estado de São Paulo e com a Coordenadoria de Infância e da Juventude do TJ/SP¹¹.

O Seminário propiciou o profundo debate entre especialistas, promotores, defensores, juízes e assistentes sociais acerca da convivência familiar, enquanto direito fundamental, a importância da amamentação, a necessidade de resguardar os direitos das genitoras privadas de liberdade e de estabelecer políticas públicas direcionadas ao atendimento digno deste setor da sociedade¹².

Ainda, durante o evento, foi lançada a Cartilha “Mães do Cárcere: Observações Técnicas para Atuação Profissional em Espaços de Convivência de Mulheres e seus Filhos”, promovida pelo Núcleo Especializado pela Promoção dos Direitos da Mulher em conjunto com a DPESP, a fim de que os profissionais que atuam com as genitoras encarceradas e com os seus filhos, tenham conhecimento aprofundado acerca da temática, assim colaborando para a adoção de medidas que visem à convivência familiar entre os mesmos.

A Cartilha consagrou as normas mínimas estabelecidas pela 65ª Assembleia das Organizações das Nações Unidas – ONU, chamadas de Regras de Bangkok¹³, elencando inúmeros direitos, como o da convivência das encarceradas com seus filhos, da amamentação, da saúde, de receber o devido tratamento por profissionais no

¹¹ DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Mães do Cárcere*: construindo caminhos para garantia da convivência familiar de mulheres e crianças. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/Folder%20M%C3%A3es%20do%20C%C3%A1rcere%20%282%29.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

¹² Ibidem.

¹³ As Regras de Bangkok foram estabelecidas a partir da 65ª Assembleia realizada em 2010, pela ONU, em que reconheceu-se que as mulheres presas necessitavam de um tratamento isonômico, devido sua condição e anseios, estabelecendo diretrizes para o tratamento dessas mulheres, visto que as regras estabelecidas para o Tratamento do Preso, consagradas em 1957 pela ONU, não eram suficientes para resguardar a realidade das mulheres encarceradas e daquelas que cometiam crimes. CERNEKA, Heidi Ann. *Regras de Bangkok*: está na hora de fazê-las valer! 2015. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/As-Regras-de-Bangkok-ibccrim.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

período da gravidez e após o parto, de visita, de ser assistida pela Defensoria Pública, dentre outros¹⁴.

O evento em questão não buscava apenas debater o tema manutenção da convivência entre as genitoras presas com seus filhos, mas a elaboração de estratégias que contribuíssem para que isso ocorresse, a partir do reconhecimento de necessidades específicas, resguardando todos os seus direitos e principalmente capacitando todos aqueles que atuam diretamente com as mães encarceradas.

Tomando-se por base no Seminário foi preparada a Carta de São Paulo, a qual dispõe de oito diretrizes e atribuições específicas a cada órgão do Poder Público participante, como por exemplo, o TJ/SP, a DPESP, Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP, a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo – SAP/SP, dentre outros¹⁵.

Estas diretrizes elencam a possibilidade de extensão do regime domiciliar para as mães que não possam permanecer com os filhos no momento do aleitamento ou no período de tenra idade, assegurar a capacitação dos profissionais que atuam na área para atribuir melhor atendimento antes, durante e após o parto; vedação de utilização de algemas durante o parto, oportunizar a assistência social e prioridade aos filhos das mulheres encarceradas, bem como oferecer uma estrutura física e mecanismos de segurança durante as visitas nas Unidades Penitenciárias¹⁶.

Por fim, estabeleceu-se que todos presentes no Seminário seriam responsáveis por adotar todas as diretrizes dispostas na Carta de São Paulo e estabelecidas no evento, dentre elas, a fiscalização e a fixação de aprimoramento das ações para com

¹⁴ NÚCLEO DA MULHER. *Mães no Cárcere*: observações técnicas para a atuação profissional em espaços de convivência de mulheres e seus filhos. 2015. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Cartilha-M%C3%A3es-no-C%C3%A1rcere_-Leitura.pdf> Acesso em: 26 maio 2015.

¹⁵ PASTORAL CARCERÁRIA. *Carta de São Paulo*. 2011. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wpcontent/uploads/2012/09/CARTA-DE-SP-PDF.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2015.

¹⁶ Ibidem.

os Órgãos participantes, bem como o desenho de uma política de atendimento para as genitoras encarceradas¹⁷.

Em 2012, sob enfoque das atividades desenvolvidas, foi criada a Comissão Especializada com a participação de coordenadores e servidores da 1ª Subdefensoria, dos Núcleos Especializados citados anteriormente, da Pastoral Carcerária e da DPESP, visando à construção de uma política de atendimento destinada às mães encarceradas¹⁸.

Esta política envolvia a elaboração de relatórios com o objetivo de identificar as mães encarceradas e estabelecer um acordo com a SAP/SP para a inclusão e aplicação nas Penitenciárias, a criação de uma assessoria especializada na análise das demandas levantadas, o envio de informações da Unidade Prisional contendo a quantidade de mães grávidas e em fase de amamentação, a sistematização desses dados com o encaminhamento detalhado para a DPESP¹⁹.

Primeiramente as demandas levantadas ocorreram em dois estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo: o Centro de Detenção Provisória Feminino de Franco da Rocha e a Penitenciária Feminina de Sant'Ana, envolvendo Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, como por exemplo, o da Situação Carcerária²⁰.

As informações colhidas pela SAP/SP foram encaminhadas para a DPESP e resultou na organização de um documento contendo a história da construção da política

¹⁷ PASTORAL CARCERÁRIA. *Carta de São Paulo*. 2011. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wpcontent/uploads/2012/09/CARTA-DE-SP-PDF.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2015.

¹⁸ DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Mães em Cárcere*: dados estatísticos 2013. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/30/Documentos/M%C3%A3es%20em%20C%C3%A1rcere%20-%20Dados%20Estat%C3%ADsticos-2013%20-%20Geral%20e%20por%20unidade.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2015.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *“Mães do Cárcere”*: projeto da Defensoria Pública de SP leva assistência jurídica a mães e gestantes que estão presas no estado. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=44372&idPagina=1&flaDestaque=V>>. Acesso em: 25 maio 2015.

de atendimento às mães privadas de liberdade e todos os dados referentes a 2013 obtido nas Unidades Prisionais do Estado de São Paulo²¹.

Diante da repercussão do Projeto “Mães do Cárcere”²², do Seminário ocorrido em 2011 e das expectativas, principalmente dos Órgãos Públicos do Estado de São Paulo, o Poder Executivo elaborou o Projeto de Lei nº 58/2013 visando reconhecer a importância da manutenção do vínculo familiar, ainda que os genitores estivessem presos, bem como garantir direito ao contraditório e à ampla defesa nos processos de destituição familiar²³.

Para que estes direitos fossem assegurados, o Projeto vislumbrou mudanças em alguns dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), os quais seriam: artigos 19, 23, 158, 159 e 161. Pontua-se ainda que, apesar do direito à convivência familiar estar previsto no artigo 227, *caput*, da Constituição Federal de 1988²⁴, era imperioso que se fizesse um Projeto, principalmente, tendo em vista a perda do contato familiar²⁵.

A proposta legislativa ensejou inúmeros estudos e relatórios, os quais retratavam a importância de sua aprovação e implementação. Ressalta-se o documento feito pela Pastoral Carcerária juntamente com Conectas Direitos Humanos e o Instituto Sou da

²¹ DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Mães do Cárcere”: projeto da Defensoria Pública de SP leva assistência jurídica a mães e gestantes que estão presas no estado. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=44372&idPagina=1&flaDestaque=V>>. Acesso em: 25 maio 2015.

²² PASTORAL CARCERÁRIA. *Experiência da Pastoral Carcerária Inspira Política de Atendimento a Mães Presas em SP*. 2014. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/experiencia-da-pastoral-carceraria-inspira-politica-de-atendimento-a-maes-presas-em-sp.html>>. Acesso em: 08 abr. 2015

²³ JORNAL DO SENADO. *Convivência entre Presos e seus Filhos é Direito Garantido*. 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/03/19/convivencia-entre-presos-e-seus-filhos-e-direito-garantido>>. Acesso em: 27 maio 2015.

²⁴ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

²⁵ BRASIL. *Senado Federal*: projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2013. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990: Estatuto da criança e do adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=136062&tp=1>>. Acesso em 27 maio 2015.

Paz abordando o descaso do Poder Público, o aumento exorbitante na população carcerária feminina no país ao longo dos anos, a superlotação, a precária assistência oferecida as mulheres presas, dentre outros²⁶.

No dia 08 de Abril de 2014, a nova proposta foi sancionada restando aprovada a Lei nº 12.962/2014, que alterou os artigos 19, 23, 158, 159 e 161 dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Esta lei visa a preservação e restabelecimento dos laços afetivos, a ressocialização dos genitores privados de liberdade, a garantia do acesso à Justiça, bem como a adequação das Unidades Prisionais para receber de forma adequada as mães e seus respectivos filhos.

Antes da sanção presidencial, ocorreu uma deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública nº 291, de 14 de fevereiro de 2014, que regulamenta a política de atendimento às mães privadas de liberdade, resguardando o direito ao atendimento devido à gestante, bem como os direitos da criança e do adolescente. Esta deliberação contempla as Regras de Bangkok, as normas dispostas na Convenção Internacional sobre os direitos da Criança de 1989, na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Execuções Penais – LEP, no Código de Processo Penal – CPP e na Carta de São Paulo²⁷.

Diante dessa nova diretriz e considerando a problemática da presente pesquisa, vislumbrou-se a necessidade de visitar as Penitenciárias Feminina e Masculina do Distrito Federal, a fim de extrair informações referentes à visitação das crianças e dos adolescentes no sistema prisional.

²⁶ PASTORAL CARCERÁRIA. *Penitenciária são feitas por homens para homens*. 2015. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas_versaofinal1.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.

²⁷ CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA. *Deliberação CSDP nº 291, de 14 de fevereiro de 2014*. 2014. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=49534&idModulo=5010>>. Acesso em: 01. jun. 2015.

1.2 Da Pesquisa nas Penitenciárias do Distrito Federal

Inicialmente os estabelecimentos penais vedavam a manutenção da convivência familiar, sob os argumentos de que o ambiente carcerário propiciaria prejuízos físicos e psíquicos para as crianças e adolescentes, em razão de ser inadequado para recebê-los e principalmente por questões de segurança.

Estes argumentos serviram para o indeferimento das visitas dos filhos aos genitores encarcerados, que se valiam de recursos constitucionais para garantir a convivência familiar, à luz do Princípio do Melhor Interesse da criança e principalmente para efetivar a ressocialização dos genitores encarcerados.

Diante desse contexto, justificou-se a necessidade de visitar os Presídios do Distrito Federal, a fim de extrair informações quanto à aplicação da nova lei. As informações colhidas no âmbito do Distrito Federal serão trazidas a partir de formulários e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, considerando a hipótese de pesquisa, os quais foram aplicados aos Diretores dos Presídios Feminino e Masculino, constantes dos apêndices.

Essa visita priorizou identificar a compreensão dos dirigentes prisionais quanto à convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, o risco criado pela permanência ou visita da criança ou do adolescente na Unidade, o ingresso desses indivíduos no cenário carcerário, o procedimento e a supervisão das visitas, bem como a possibilidade de restrição ou suspensão da convivência.

No primeiro momento, no dia 18 de Março de 2015, às 11 h realizou-se visita no Presídio Feminino do Distrito Federal, localizado na Granja Luis Fernando, Área Especial número 02, Setor Leste do Gama/DF, tendo como entrevistada a Diretora do estabelecimento, Deuselita Pereira Martins. A unidade contatava com o quantitativo de 400 (quatrocentos) internas, dentre elas, 40 (quarenta) estavam na ala destinada para mães e gestantes.

Das respostas apresentadas é possível extrair que a Diretora da Penitenciária Feminina compreende a convivência dos filhos com as mães encarceradas como uma

medida imprescindível para a ressocialização das genitoras e para a manutenção do vínculo familiar. E quanto ao risco à integridade física e psíquica da criança ou adolescente provocado pela visita, a Diretora salientou que nunca houve incidente que ocasionasse dano a essa categoria dentro da Penitenciária.

Pontuou que, a convivência das genitoras privadas de liberdade com seus filhos representa um direito conferido pela Lei nº 12.962/2014. No entanto, a aplicação do texto normativo se torna incompatível com a realidade existente na Penitenciária, haja vista a falta de estrutura e condições adequadas para destinar um atendimento mais humanitário às genitoras encarceradas e aos seus respectivos filhos.

No que concerne à permanência da criança na Penitenciária, durante o período de amamentação ou de tenra idade, a Diretora explicitou que ocorre até os 6 meses. Contudo, observa-se que a Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP nº 3 de 15 de Julho de 2009 recomenda que essa permanência deve perdurar até que a criança complete 1 ano e 6 meses, com a possibilidade inclusive de mais 6 meses para o processo de afastamento²⁸.

Esta Resolução dispõe acerca do procedimento a ser seguido durante o processo de afastamento da convivência diária e dos espaços para acolher as genitoras e as crianças durante o período necessário da Penitenciária. Elenca ainda que a criança poderá permanecer dos 2 até os 7 anos, caso tenha estrutura adequada com unidade materno-infantil²⁹.

Apesar dessa recomendação, a Diretora aponta a impossibilidade da permanência da criança dentro da Penitenciária por um período superior a 6 meses, em face da falta de estrutura, a inópia de profissionais para acompanhar as genitoras e seus respectivos filhos, bem como o descaso do Estado quanto ao fornecimento de material para melhor atendimento das mesmas, conforme respostas constantes no formulário em apêndice.

²⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. *Resolução do CNPCP disciplina situação de filhos de mulheres encarceradas*. 2009. Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br/noticia/13345-Resoluo-do-CNPCP-disciplina-situao-de-filhos-de-mulheres-encarceradas>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

²⁹ Ibidem.

Outro ponto que merece destaque é acerca do procedimento da convivência, adotado pela Lei nº 12.962/2014, o qual impõe que seja por meio de visitas periódicas.³⁰ Para a visita inexistente necessidade de autorização da Vara da Infância e da Juventude, necessitando seguir determinados requisitos adotados pela Penitenciária, quais sejam: a criança ter mais de 1 ano, estar devidamente cadastrada, ser submetida à revista pessoal e estar acompanhada do responsável que detenha a guarda provisória ou definitiva. Em três datas específicas: “dia das mães”, “dia das crianças” e “natal” é dispensado que o acompanhante possua a guarda provisória ou definitiva da criança ou do adolescente.

Prossegue a Diretora em suas respostas, afirmando que as visitas ocorrem em dias determinados, no pátio, sendo monitoradas pelos agentes penitenciários, primando pela segurança de todos. No caso dos filhos que possuem mais de 6 meses e menos de 1 ano, a Penitenciária permite a visita especial fora do pátio, em local mais reservado, diante de circunstâncias especiais, com uma monitoria mais próxima, haja vista tentativas anteriores de entrada de objetos não permitidos.

Quanto à revista pessoal, o procedimento adotado é diferenciado para crianças e adolescentes, os quais não passam pelo *scanner* como na revista comum, apenas ocorre a observação visual pelo agente. Caso na revista seja encontrado algum objeto, o adulto que a induziu será responsabilizado, inexistindo qualquer sanção à criança ou adolescente.

Outro ponto importante questionado à Diretora diz respeito à medida de restrição ou suspensão do direito à visita, do cônjuge, companheiro (a), parentes e amigos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento, fixada no parágrafo único do

³⁰ Art. 19. § 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.” BRASIL. *Lei nº 12.962, de 8 de abril de 2014*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: estatuto da criança e do adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12962.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

artigo 41 da LEP³¹. De acordo com a entrevistada, esta medida também é aplicada, excepcionalmente, para restringir ou suspender a convivência com os filhos.

Nesta hipótese, qualquer ato que atente contra as normas da Penitenciária praticado pela genitora ensejará em suspensão em relação a qualquer indivíduo e não estritamente à criança ou ao adolescente. E quando praticados pela criança ou adolescente inexistirá restrição ou suspensão da visita a genitora, uma vez que são inimputáveis e não ingressam no local desacompanhados. No entanto, existe uma excepcionalidade, quanto ao adolescente, cujos genitores estão presos e que possui autorização judicial para visitar a mãe, caso ele atente contra essas normas poderá ter suspensão ou restrição da visita.

Dessa forma, somente nesta situação específica e no caso do acompanhante da criança ou do adolescente atentar contra as normas da Penitenciária, a visita poderá ser restrita ou suspensa, com posterior comunicação à Vara de Execuções Penais, a fim de avaliar a manutenção da medida adotada pela Penitenciária.

Posteriormente, no dia 07 de abril de 2015, às 14 h foi realizada a visita à Penitenciária Masculina do Distrito Federal, localizada na Rodovia DF - 465, KM 04, Fazenda Papuda, tendo como entrevistado o Diretor da Penitenciária Masculina II, Elivaldo Ferreira de Melo.

No dia da realização da entrevista esse estabelecimento penal possuía 3.159 (três mil, cento e cinquenta e nove) internos, com aproximadamente 1000 (mil) visitantes por dia. Dentre este número, em dias normais, 60 (sessenta) a 80 (oitenta) são crianças e adolescentes, os quais visitam os pais privados de liberdade. Em período de férias escolares esse número chega a 150 (cento e cinquenta) por dia.

Inicialmente, foram entregues o TCLE, no qual ressaltou-se a natureza e os objetivos do estudo e o formulário, contendo 9 perguntas previamente elaboradas sobre

³¹ Art. 41 - Constituem direitos do preso: X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento. BRASIL. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

a convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, conforme Apêndices B e D.

Em relação à concepção da convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade na Penitenciária Masculina, o Diretor reconhecer ser uma relação benéfica, tanto para as crianças, quanto para os genitores presos, não contrariando a ideia de ressocialização do preso, em razão dele se sentir pai e desempenhar um papel mais responsável com os filhos.

No que concerne ao item do prejuízo ou risco do ingresso da criança ou do adolescente ao local, o Diretor sustentou que o risco existe, mas que medidas são tomadas para ter o maior cuidado durante a visita, inexistindo qualquer incidente, nos últimos 6 anos.

Uma das medidas adotadas é a proibição do ingresso de crianças menores de 1 ano, em razão da tenra idade. Entretanto, é autorizado que o genitor encarcerado possa conhecer uma única vez, o filho, quando menor de 1 ano. Caso queira, ter mais de uma visita precisa-se de autorização da Vara de Execuções Penais.

De acordo com o Diretor, a alteração legislativa em questão que consagra a convivência da criança e do adolescente em nada alterou a rotina na Penitenciária, vez que já ocorria tal convivência, por meio das visitas periódicas, sendo realizadas durante a semana, divididas por blocos diferentes, às quartas e quintas feiras.

Nestas visitas periódicas, as crianças e adolescentes maiores de 1 ano de idade, podem ingressar na Penitenciária Masculina, mediante acompanhamento da mãe, dos avós ou de quem detém guarda definitiva. Caso esta categoria esteja com pessoa diversa das citadas necessitará de autorização da Vara de Execuções Penais para ingressar no local.

Essas visitas ocorrem no pátio, mediante observação dos agentes penitenciários nos Postos de Controle de entrada e saída. Não obstante, as crianças e adolescentes necessitam passar por procedimento de revista, no entanto, é diferenciado dos demais

visitantes, pois não passam pelo *scanner*, apenas devem retirar a roupa para averiguação do agente penitenciário, sem qualquer contato com as mesmas.

Outra informação extraída da entrevista diz respeito à aplicação da medida de suspensão ou restrição do direito à convivência das crianças e dos adolescentes com os genitores e visita do cônjuge, companheira (o), parentes e amigos³², mediante ato motivado do Diretor do estabelecimento penal, que pode ser aplicada mediante transgressão de alguma norma interna, seja pelo genitor privado de liberdade ou pelas crianças e adolescentes durante o período da visita.

Em caso de transgressão pelo genitor preso será aplicada sanção ao mesmo, dentre elas, a medida da perda do direito à visita por tempo a ser determinado. E caso seja praticada pela criança ou adolescente, o agente penitenciário informará ao Diretor, mediante uma ocorrência interna, narrando à visitação, o que poderá resultar em suspensão ou restrição dos mesmos, por tempo indeterminado, até decisão da Vara de Execuções Penais.

Do cenário extraído das entrevistas percebe-se que a convivência entre os filhos (crianças e adolescentes) e os genitores encarcerados no âmbito dos dois Presídios visitados já era assegurada antes da alteração legislativa em questão, o que leva a inferir uma aparente ambivalência entre essa convivência e os princípios que embasam o Paradigma da Proteção Integral, cujos contornos serão apresentados no capítulo que segue.

³² Art. 41 - Constituem direitos do preso: X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento. BRASIL. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

2 DA CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DESTINADA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

O direito da criança e do adolescente tem precedentes históricos que enfatizam inicialmente o abandono e o desrespeito por parte do Estado e da sociedade. Na perspectiva dos anseios sociais, surgiu maior preocupação em atribuir uma proteção diferenciada, reconhecendo que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, os quais necessitavam de medidas de proteção específicas, visando assegurar o desenvolvimento saudável desta categoria.

Assim, pretende-se abordar aspectos desta proteção diferenciada, embasada em instrumentos normativos internacionais e nacionais, notadamente, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, os quais abraçaram o Paradigma da Proteção Integral. Os aspectos a serem argumentados sobre o novo direito da criança e do adolescente registra importância para a análise do tema da presente pesquisa, que trata da convivência da criança e do adolescente com os genitores submetidos ao encarceramento.

2.1 Dos Instrumentos Normativos

A criança e o adolescente atualmente são destinatários de proteção específica resguardada pelo ordenamento jurídico. No entanto, durante muito tempo o tratamento diferenciado a esta categoria era diverso, pautado na ausência de reconhecimento como sujeitos de direitos por parte da família, da sociedade e do Estado.

Inicialmente eram compreendidos por artefatos, com os quais o pai exercia um poder de propriedade, cabendo a ele definir sobre a vida e até mesmo a morte de seus filhos, em razão de ser o responsável pela família³³.

³³ AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 3.

Anote-se que as crianças e adolescentes foram discriminados e abandonados não só pelos pais ou responsáveis, mas pela própria sociedade que não se preocupava em se responsabilizar ou estabelecer mecanismos para modificação da realidade existente³⁴, especialmente quanto à efetividade dos direitos fundamentais.

Essa realidade era pautada pela institucionalização de que a infância e a juventude eram alvitre da criminalidade, as quais deveriam ser excluídas da sociedade³⁵. Esta concepção propiciou a articulação do Estado no controle social em face das crianças e, sobretudo, dos jovens desassistidos³⁶.

Nesse contexto, houve intensa mobilização, principalmente na seara internacional, para a construção de normas que priorizassem a integridade e o desenvolvimento da infância e da juventude, mediante a responsabilidade solidária entre a família, a sociedade e o Estado³⁷, o que resultou na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, viga mestra do Paradigma da Proteção Integral.

2.1.1 A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989

Os Tratados Internacionais visam proteger os indivíduos vulneráveis ou que sofrem de quaisquer formas de discriminação em face de suas características. Ao serem adotados pelos países agregam-se ao ordenamento interno, devendo ser respeitados sob qualquer ótica³⁸.

³⁴ FONSECA, Antonio Cesar Lima da. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 5.

³⁵ MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos*. Barueri – SP: Manole, 2003. p. 37.

³⁶ *Ibidem*, p. 42.

³⁷ AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 50-51.

³⁸ FALSARELLA, Christiane. O Impacto da Convenção sobre os Direitos da Criança no Direito Brasileiro. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v. 21, n. 83, p. 410, abr./ jun. 2013.

Em relação ao direito da criança e do adolescente, os Tratados buscam de forma específica à sua proteção, considerando a tenra idade bem como sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento³⁹.

Para Fonseca, os primeiros apontamentos na ordem internacional que refletiram na maior preocupação em priorizar na legislação, mecanismos protetivos para criança se concretizaram na Convenção para Repressão acerca do Tráfico de Mulheres e Crianças, findada no ano de 1921, em Genebra⁴⁰; na Declaração de Direitos da Criança, de Genebra de 1924, na Declaração Universal de Direitos Humanos da Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1948; na Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959; na Convenção Americana acerca dos Direitos Humanos, qual seja, o Pacto de San José da Costa Rica de 1969; nas Regras de Beijing de 1985 e principalmente na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em 1989⁴¹.

A Declaração dos Direitos da Criança de 1924 representou o primeiro instrumento internacional que reconheceu a necessidade de conferir tratamento diferenciado para a criança e o adolescente. A Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 é considerada o marco histórico quanto ao reconhecimento de direitos e de uma proteção especial a infanto-adolescência, na medida em que inseriu os direitos fundamentais especiais⁴².

No entanto, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, foi o documento internacional que estabeleceu um patamar mínimo de proteção acerca do atendimento da criança e do adolescente, tendo em vista que consagrou juridicamente os direitos descritos em documentos internacionais anteriores, enfatizando a

³⁹ FALSARELLA, Christiane. O Impacto da Convenção sobre os Direitos da Criança no Direito Brasileiro. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v. 21, n. 83, p. 410, abr./ jun. 2013.

⁴⁰ O protocolo de Emenda da Convenção para Repressão acerca do Tráfico de Mulher e Crianças foi promulgado no Brasil através do Decreto nº 37.176/55.

⁴¹ FONSECA, Antonio Cesar Lima da. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 5.

⁴² AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 54.

importância da proteção da infância e ao reconhecer a condição de sujeito de direito em fase especial de desenvolvimento⁴³.

Essa Convenção foi resultado de um estudo complexo por parte da ONU, sendo aprovado em 1989 através da Resolução nº 44, e ratificada pelo Brasil em 24.09.1990 por meio do Decreto Executivo nº 99.710/90⁴⁴.

A implementação desse diploma internacional representou uma nova fase de promoção e garantia, sobretudo, quanto ao reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos. Enfatizou, ainda, que todos os direitos inerentes aos seres humanos seriam aplicáveis às crianças⁴⁵.

Nesse contexto, em 1990 ocorreu o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, em Nova York, no qual participaram 71 líderes mundiais, representando compromisso mundial pela infância, com destaque ao combate à fome, às enfermidades, adoção de medidas para melhoria da saúde e educação⁴⁶.

Apesar das manifestações consagrando proteção destinada à criança, esses documentos internacionais ainda assim refletiam “[...] a falta de proteção jurídica à criança, com registros de abandono, morte, espancamentos e violência física e sexual”, conforme assinala Azambuja⁴⁷.

As diretrizes estabelecidas pelo diploma internacional impactaram o ordenamento jurídico de diversos Estados-partes, dentre eles, o Estado brasileiro, que tratou de abraçar essas diretrizes, inserindo-as no Texto Constitucional de 1988, em que adquiriram o status supralegal infraconstitucional⁴⁸.

⁴³ FALSARELLA, Christiane. O Impacto da Convenção sobre os Direitos da Criança no Direito Brasileiro. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v. 21, n. 83, p. 410, abr./ jun. 2013.

⁴⁴ FONSECA, Antonio Cesar Lima da. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 4.

⁴⁵ FALSARELLA, Christiane. O Impacto da Convenção sobre os Direitos da Criança no Direito Brasileiro. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v. 21, n. 83, p. 412-413, abr./ jun. 2013.

⁴⁶ FONSECA, Antonio Cesar Lima da. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 3-4.

⁴⁷ AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. *Violência Sexual Intrafamiliar: é possível proteger a criança?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 21.

⁴⁸ SILVA, Mário Luiz. A Hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos à Luz da Constituição Federal de 1988. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22917/a-hierarquia-dos>>

O entendimento acerca da supralegalidade refere-se ao fato de que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 versa sobre direitos humanos, por conseguinte, possui um caráter de especialidade em relação a outros instrumentos normativos internacionais, necessitando de uma valoração diferenciada pelo ordenamento jurídico brasileiro⁴⁹.

Ressalte-se que a incorporação dessa Convenção ocorreu anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004 e não foi confirmada pelo quórum específico de aprovação consoante ao artigo 5º, §3º, da Constituição Federal⁵⁰, não se equiparando às normas constitucionais. Contudo, por tratar-se de uma tutela protetiva dos direitos inerentes a todo ser humano e de garantias fundamentais adquiriu status de infraconstitucionalidade e supralegalidade⁵¹.

2.1.2 A Constituição Federal de 1988

Diante da mobilização internacional, a Constituição Federal de 1988 adotou uma nova concepção acerca do direito da criança e do adolescente, a partir do Paradigma da Proteção Integral, desenhada na referida Convenção⁵².

tratados-internacionais-de-direitos-humanos-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988/4>. Acesso em: 10 dez. 2015.

⁴⁹ SILVA, Mário Luiz. A Hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos à Luz da Constituição Federal de 1988. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22917/a-hierarquia-dos-tratados-internacionais-de-direitos-humanos-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988/4>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

⁵⁰ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

⁵¹ SILVA, Mário Luiz. A Hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos à Luz da Constituição Federal de 1988. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22917/a-hierarquia-dos-tratados-internacionais-de-direitos-humanos-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988/4>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

⁵² MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos*. Barueri – SP: Manole, 2003. p. 55.

Assim, a Constituição Federal reconheceu que a criança e o adolescente eram sujeitos de direitos, devido à sua vulnerabilidade; dispôs sobre a obrigatoriedade de resguardar esses indivíduos de todas as formas de violência, abuso e negligência, bem como sobre os responsáveis pela garantia dos direitos fundamentais.

Nesse sentido, o reconhecimento da criança e do adolescente é definido por Pereira, como tratamento diferenciado em face do processo de formação, no qual esses indivíduos passam a ser assegurados pelo ordenamento jurídico e deixam de ser analisados como meros artefatos sociais⁵³.

Os direitos fundamentais estão elencados no artigo 227, da Constituição Federal de 1988⁵⁴, no qual contempla a elaboração de políticas públicas e programas sociais adequados às necessidades da infância e da adolescência⁵⁵.

Para Elias⁵⁶, a proteção diferenciada atribuída pela Carta Magna deve abranger todas as necessidades inerentes ao ser humano considerando o melhor desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente. Essa satisfação deve compreender “assistência moral, material e jurídica”⁵⁷.

Pela primeira vez o Texto Constitucional introduziu apontamentos sobre a Proteção Integral referentes à criança e ao adolescente. Desta forma, a Constituição Federal inseriu novo paradigma, baseada na Declaração Universal dos Direitos da Criança e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, cujos

⁵³ PEREIRA, Tânia da Silva. O Princípio do Melhor Interesse da Criança no Âmbito das Relações Familiares. In: PEREIRA, Rodrigo Cunha; GROENINGA, Giselle (Coords.) *Direito de Família e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 210.

⁵⁴ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

⁵⁵ ISHIDA, Válder Kenji. *Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 4.

⁵⁶ ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescentes: Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 12.

⁵⁷ Ibidem.

documentos derogam implicitamente a legislação menorista e consagram o Paradigma da Proteção Integral⁵⁸.

O Paradigma da Proteção Integral busca a satisfação do bem estar da criança e do adolescente, se distanciando do panorama da Situação Irregular, inserindo a titularidade de direitos subjetivos aplicada à todos⁵⁹.

Portanto, o Paradigma da Proteção Integral sintetizado no mencionado artigo 227, da Constituição Federal traz uma nova concepção quanto aos direitos da criança e do adolescente, que tem por objetivo assegurar um desenvolvimento saudável a esta categoria na perspectiva da proteção desenhada nas normas internacionais e nacionais⁶⁰, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente⁶¹.

2.1.3. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90)

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta uma materialização do Texto Constitucional, sob o prisma normativo, se distanciou da terminologia do “menor” fundada na repressão face à prevenção do Estado e adotou a proteção da criança e do adolescente na sua integralidade, seja o aspecto físico, moral, emocional e social⁶².

O Estatuto representa uma síntese das normas jurídicas decorrentes dos movimentos de participação popular, com prevalência dos interesses prioritários das

⁵⁸ COSTA, Daniel Carnio. Estatuto da Criança e do Adolescente: teoria da situação Irregular e teoria da proteção integral: avanços e realidade social. *Revista Síntese de Direito Civil e Processo Civil*. São Paulo, v. 2, n. 8, p. 56, nov./ dez. 2000.

⁵⁹ Ibidem, p. 55.

⁶⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Sistema de Justiça da Infância e da Juventude: construindo cidadania e não a punição*. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15186/13812>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

⁶¹ MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos*. Barueri – SP: Manole, 2003. p. 29.

⁶² FALSARELLA, Christiane. O Impacto da Convenção sobre os Direitos da Criança no Direito Brasileiro. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v. 21, n. 83, p. 411, abr./ jun. 2013.

crianças e dos adolescentes, por meio do amplo debate, dos anseios sociais, da busca pela afirmação dos direitos humanos, bem como da democracia⁶³.

Note-se que o ECA no artigo 2º, *caput*,⁶⁴ traz uma nova definição de criança e adolescente, o que compatibilizou a vulnerabilidade que cada um possui, por meio da iniciativa mais adequada para a fase da infância e da adolescência. Dispõe que criança é todo indivíduo que tem de 0 a 12 anos incompletos e adolescente todo indivíduo a partir dos 12 anos até os 18 anos incompletos, mesmo que seja estrangeiro (a).

Esta distinção decorre “do critério cronológico absoluto”⁶⁵ adotado pela psicologia, necessário, principalmente para compatibilização das medidas protetivas e socioeducativas⁶⁶. Trata-se de uma particularização, em relação ao artigo 2º da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989⁶⁷, o qual consagra que criança para todos os efeitos da Convenção são aqueles que possuem até 18 anos incompletos.

Observa-se que o ECA delimitou que as crianças e os adolescentes eram sujeitos de direito e por não estarem em desenvolvimento pleno, deveriam ter uma proteção especial destinada, com adoção de critério técnico de idade e, portanto, com afastamento do aspecto psicossocial ou físico que poderia ser considerado na definição de criança e adolescente⁶⁸.

⁶³ HAMMERSCHMIDT, Denise. O Direito da Criança e do Adolescente e a Tutela Jurisdicional Diferenciada. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 102, n. 931, p. 46, maio 2013.

⁶⁴ Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁶⁵ DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara; OLIVEIRA, Thales Cezar de. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 6.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Artigo 1. Para efeitos da presente Convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes. BRASIL. *Decreto nº 99.710, de 21 de Novembro de 1990*. Promulga a Convenção sobre os Direitos da criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁶⁸ DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara; OLIVEIRA, Thales Cezar de. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 34.

Por fim, adota uma tutela protetiva, baseada no tripé “liberdade, respeito e dignidade”⁶⁹. Ainda, contempla normas que expressam valores sobre a criança e o adolescente, cuja base principiológica sedimenta o Paradigma da Proteção Integral⁷⁰.

2.2 Princípios que regem o Paradigma da Proteção Integral

O Paradigma da Proteção Integral está embasado em princípios, cujos valores visam assegurar o desenvolvimento saudável, independentemente do contexto em que as crianças e os adolescentes se encontram.

Costa afirma que este paradigma define a criança e o adolescente como indivíduos, na medida de sua vulnerabilidade e da condição de ser humano ainda em processo de desenvolvimento, em que a família, a sociedade e o Estado devem buscar mecanismos para efetivar a Proteção Integral⁷¹.

Assim, a partir da concepção de que a criança e o adolescente são sujeitos que ainda se encontram em desenvolvimento, desfrutam dos direitos inerentes à todo ser humano e necessitam de medidas específicas capazes de se adequarem às suas necessidades. Estas medidas serão orientadas pelos princípios que sedimentam o Paradigma da Proteção Integral.

2.2.1 Princípio da Prioridade Absoluta

O Princípio da Prioridade Absoluta expressa o tratamento prioritário às crianças e adolescentes, em busca da efetividade dos direitos elencados no Texto Constitucional e

⁶⁹ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Sistema de Justiça da Infância e da Juventude: construindo cidadania e não a punição*. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15186/13812>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

⁷⁰ AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 19.

⁷¹ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Natureza e implantação do novo Direito da Criança e do Adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90: estudos sociojurídicos*. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. p. 19.

no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, todas as questões relacionadas as políticas públicas, serviços públicos e programas sociais devem priorizar essa categoria⁷².

Segundo Machado este princípio busca priorizar os interesses das crianças e do adolescentes em relação aos adultos. Entretanto, a construção jurisprudencial acerca da Ponderação de Valores deve ser observado para apreciação do caso concreto⁷³.

A Ponderação de Valores refere-se a análise cuidadosa, em face do aparente conflito entre direitos, no qual inexistente hierarquia, mas o entendimento de que os dois direitos possuem o mesmo status atribuído pelo Texto Constitucional⁷⁴.

Esta Ponderação ganha realce quando o caso envolve a convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, uma vez que o ingresso ou permanência desses indivíduos nos Estabelecimentos Penitenciários aparenta riscos à integridade física, psicológica e moral⁷⁵.

No que concerne a tutela protetiva destinada à criança e ao adolescente, os direitos dessa categoria deverão prevalecer sobre os demais. De modo, que existindo colisão dos interesses da infante-adolescência com outros direitos previstos pelo Texto Constitucional, a interpretação adequada a ser utilizada refere-se à primazia dos direitos da criança e do adolescente.

Portanto, garantir que todos os assuntos relacionados a esta categoria serão tratados de forma prioritária, inclusive os direitos, não constitui privilégio, mas uma

⁷² AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 61.

⁷³ MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos*. Barueri – SP: Manole, 2003. p. 413.

⁷⁴ CAPISTRANO, Márcio Anderson Silveira. *A Técnica da Ponderação de Valores e a Justificação Racional das Decisões Judiciais*. 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12517>. Acesso em: 17 set. 2015.

⁷⁵ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Sistema de Justiça da Infância e da Juventude: construindo cidadania e não a punição*. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15186/13812>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

adequação à condição de indivíduos ainda em desenvolvimento e necessitam de proteção específica.

2.2.2 Princípio da Corresponsabilidade da Família, da Sociedade e do Estado

Outro princípio que sedimenta o Paradigma da Proteção Integral refere-se à atribuição da corresponsabilidade entre a família, a sociedade e o Estado quanto à efetividade dos direitos fundamentais. Acha-se expresso nos citados artigos 227 da Constituição Federal de 1988 e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fonseca aduz que a proteção destinada à criança e ao adolescente significa uma obrigação atribuída a todos os responsáveis, no qual a família participará de forma mais efetiva, no sentido de que é o principal local onde esta categoria irá se desenvolver⁷⁶.

A família por ser o primeiro contato social da criança e do adolescente, possui, em tese, melhores condições de reconhecer as carências desses indivíduos, podendo saná-las e conferir maior proteção. Independentemente da forma que seja constituída, ainda que os genitores estejam em desconformidade com a lei penal⁷⁷.

A sociedade participará dessa tutela garantista por meio dos Conselhos de Defesa de Direitos e Conselhos Tutelares, a fim de reproduzir a concepção de cidadania, com amparo das organizações sociais e maior articulação de todas as pessoas para promoverem os direitos da criança e do adolescente⁷⁸.

Nesse contexto, os Conselhos são órgãos criados para resguardar esta categoria. Os Conselhos de Defesa de Direitos são órgãos estabelecidos em todos os entes da Federação, os quais deliberam sobre os programas e atividades para atender os interesses da infância e da juventude. Enquanto os Conselhos Tutelares são órgãos

⁷⁶ FONSECA, Antonio Cesar Lima da. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 19.

⁷⁷ DALLARI, Dalmo de Abreu. Art. 4º. In: CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente. Comentários Jurídicos e Sociais*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 41-42.

⁷⁸ COSTA, Daniel Carnio. Estatuto da Criança e do Adolescente: teoria da situação irregular e teoria da proteção integral: avanços e realidade social. *Revista Síntese de Direito Civil e Processo Civil*. São Paulo, v. 2, n. 8, p. 60-62, nov./ dez. 2000.

exclusivamente Municipais, cuja atribuição envolve a execução de programas e ações relacionadas à proteção dos direitos, por meio da aplicação das medidas protetivas ou da busca da tutela jurisdicional⁷⁹.

Ao Estado cabe articular políticas públicas por meio de um conjunto ações nas quatro dimensões: Federal, Estadual, Municipal e Distrital, a fim de que garantam os direitos fundamentais, com ofertas de serviços, de ações governamentais e não governamentais e por programas sociais correlatos⁸⁰.

O dever estatal norteia a priorização da criança e do adolescente em todos os aspectos, na medida em que deve viabilizar os recursos necessários, estabelecer uma política ampla e eficaz, com atribuição de competência para assistir estes indivíduos, a fim de garantir o efetivo cumprimento deste princípio⁸¹.

A prioridade estabelecida juridicamente deve alcançar todas as relações que envolvem esta categoria. A partir de um rol mínimo de preceitos, decorrente de um compromisso adotado pela família, sociedade e pelo Estado. No entanto, deverá existir razoabilidade na aplicação da norma, a fim de que a tutela não resulte em violação de outros direitos.

Dessa forma, a tutela da proteção deve ser realizada por todos, a fim de evitar discriminações, negligências, ameaças ou agressões contra esses indivíduos em desenvolvimento, que poderiam ter resultados nefastos a sua formação, seja física, psíquica e moral⁸².

⁷⁹ COSTA, Daniel Carnio. Estatuto da Criança e do Adolescente: teoria da situação irregular e teoria da proteção integral: avanços e realidade social. *Revista Síntese de Direito Civil e Processo Civil*. São Paulo, v. 2, n. 8, p. 60, nov./ dez. 2000.

⁸⁰ DALLARI, Dalmo de Abreu. Art. 4º. In: CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente. Comentários Jurídicos e Sociais*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 41-42.

⁸¹ COSTA, Daniel Carnio. Estatuto da Criança e do Adolescente: teoria da situação irregular e teoria da proteção integral: avanços e realidade social. *Revista Síntese de Direito Civil e Processo Civil*. São Paulo, v. 2, n. 8, p. 59, nov./ dez. 2000.

⁸² DALLARI, Dalmo de Abreu. Art. 4º. In: URY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: comentário jurídicos e sociais*. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 44.

2.2.3 Princípio do Interesse Superior da Criança e do Adolescente

O Princípio do Interesse Superior da Criança e do Adolescente dispõe que diante do caso concreto, o que deve-se buscar é melhor para a criança. Ele decorre da proteção denominada “*paren patrie* do direito anglo-saxônico”⁸³, a qual o Estado aplicava para aqueles que não eram capazes de conduzir seus interesses⁸⁴.

Como reflexo, a Inglaterra em 1836 oficializou o interesse superior da infância e juventude, adotado posteriormente na Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959. No Brasil, ele foi inserido inicialmente no Código de Menores de 1979⁸⁵, o qual era aplicado às crianças e aos adolescentes que estavam em situações específicas de descaso e delinquência⁸⁶. No contexto da Proteção Integral, ele foi ampliado para toda e qualquer situação envolvendo estes indivíduos⁸⁷.

Cabe ressaltar que esse princípio não é absoluto, todavia deve ser tratado com cautela, a fim de que inexista aplicabilidade arbitrária, imparcial ou de maneira equivocada⁸⁸, principalmente quando envolver situações familiares⁸⁹. Dito de outra forma, é necessária uma análise cuidadosa na garantia dos interesses da criança e do adolescente, por meio das instituições e dos profissionais que atuam com esta categoria.

⁸³ AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 27.

⁸⁴ PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 42.

⁸⁵ BRASIL. *Lei nº 6.697, de 16 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. Brasília, 1979. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em 10 out. 2014

⁸⁶ PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 42-43.

⁸⁷ AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 27.

⁸⁸ FONSECA, Antonio Cesar Lima da. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 13.

⁸⁹ PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 48.

2.2.4 Princípio da Condição Peculiar em Desenvolvimento

Para Bobbio⁹⁰, a definição de condição peculiar adotada inicialmente pela Declaração dos Direitos da Criança de 1959 é atribuída às crianças e aos adolescentes, em razão de serem imaturos, sob ponto de vista psicofísico e por conseguinte necessitarem de uma tutela específica.

Esta definição foi contemplada na Matriz Constitucional, assim reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, afastando implicitamente o Paradigma da Situação Irregular, o qual os considerava como objetos de intervenção⁹¹.

Cumprir destacar que o tratamento diferenciado atrela-se ao fato de que a personalidade destes indivíduos ainda está em desenvolvimento, se encontrando em situação específica de vulnerabilidade, razão pela qual diferencia-se da personalidade dos adultos⁹².

Essas características são fatores determinantes para a tutela diferenciada presente no Texto Normativo, uma vez que os potenciais das crianças e dos adolescentes não se desenvolveram plenamente. Apesar da concepção de vulnerabilidade não prevalecer em face do Princípio da Igualdade formal, na prática, na realização da justiça trabalha-se os critérios de isonomia e tratamento específico, a fim de se alcançar um equilíbrio por meio da absoluta proteção⁹³.

Nesse contexto, a condição peculiar desta categoria deve ser sopesada, especialmente, na convivência com os pais privados de liberdade, haja vista, que estes indivíduos são imaturos, não possuem pleno desenvolvimento, e essa convivência poderia propiciar riscos e condições vexatórias, o que poderia ensejar danos irreparáveis ao saudável desenvolvimento.

⁹⁰ BOBBIO, Norberto. *A Era Dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 35.

⁹¹ MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos*. Barueri – SP: Manole, 2003. p. 25-28 e 105.

⁹² *Ibidem*, p. 109 e 115.

⁹³ *Ibidem*, p. 119.

2.3 Direito Fundamental à Convivência Familiar

Segundo Bobbio⁹⁴, o homem obteve maior proteção, a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada por 48 países em 1948, no qual considerou que todos seriam destinatários de valores bem como a limitação do Estado, diante da nova universalidade. Estes valores eram apenas o início de uma nova consciência, surgindo outros de acordo com o desenvolvimento da sociedade.

Conforme salientado linhas atrás, os direitos da criança e do adolescente estão salvaguardados no artigo 227, do Texto Constitucional, bem como no ECA. Esses instrumentos normativos contemplam o direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à educação, à profissionalização bem como à convivência familiar e comunitária.

Trata-se de uma profunda modificação inserida pelo Texto Constitucional e pelo ECA, reconhecendo que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e que a eles devem ser garantidos todos os direitos fundamentais inerente ao ser humano, a partir de uma proteção específica devido à sua vulnerabilidade⁹⁵.

Considerando o tema de pesquisa, qual seja a convivência dos genitores encarcerados com os seus filhos, crianças e adolescentes, serão abordados os direitos à vida, à saúde, à dignidade e ao respeito bem como o direito à convivência familiar.

O Direito à vida é definido por essencial, tendo em vista que sem ele, os demais perdem sua essência. Está elencado de forma sucinta no artigo 7º, do ECA⁹⁶, trazendo uma definição prioritária das funções básicas fisiológicas, em que deve ser assegurada uma vida com dignidade e de qualidade, incluindo as condições mínimas para isso, como por exemplo, a alimentação, a moradia, a educação e a assistência médica.

⁹⁴ BOBBIO, Norberto. *A Era Dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 27-30 e 34.

⁹⁵ COELHO, João Gilberto Lucas. Art. 3º. In: CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários jurídicos e sociais*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 38-39.

⁹⁶ Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>. Acesso em: 07 jun. 2015.

Outro direito expresso no artigo mencionado é o direito à saúde, que diz respeito ao bem-estar que deve ser proporcionado a todos as pessoas, particularmente às crianças e aos adolescentes. Este estado não se restringe somente a ausência de doenças, mas a uma educação eficaz, a assistência necessária, ao contato social e a proteção de situações potencialmente prejudiciais⁹⁷.

O direito à vida e à saúde estão alinhados, na medida em que a proteção deve iniciar a partir da concepção. Assim, as gestantes encarceradas devem ter direito ao acompanhamento por equipe especializada durante a gestação, no parto e após o parto, materiais que propiciem atendimento adequado, estrutura apropriada para receber e alojar as mães que se encontram em desconformidade com a lei penal e os filhos, crianças e adolescentes.

No que tange ao direito à liberdade, descrito nos artigos 15 e 16⁹⁸, do ECA, abrange a liberdade de ir e vir, a religião, o pensamento e a expressão⁹⁹. Este direito não pode ser exercido em desfavor da criança e do adolescente, a partir do dever de cuidado incumbido à família, à sociedade e ao Estado, os quais devem evitar que frequentem locais inadequados, estejam desassistidos ou qualquer ato que atente ao desenvolvimento desses indivíduos¹⁰⁰.

⁹⁷ AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 77-.

⁹⁸ Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação. BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁹⁹ AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 93.

¹⁰⁰ AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 93-94.

O direito ao respeito e à dignidade estão fixados nos artigos 17 e 18, do ECA¹⁰¹, os quais envolvem a manutenção da integridade física, psíquica e moral da infanto-adolescência. Desta forma, a criança e o adolescente não podem ser submetidos à situações que causem sofrimento, prejudique o seu processo de formação ou que gere qualquer insegurança.

O ordenamento jurídico também assegura o direito à convivência familiar, cuja garantia compreende que a criança e o adolescente devem permanecer no seio familiar, em razão da família ser, em tese, o espaço social natural de proteção¹⁰².

No âmbito da privação de liberdade, esta convivência, foi prevista pela Lei nº 12.962/2014, por meio de visitas periódicas, a fim de estabelecer a manutenção do vínculo familiar, privilegiar o afeto bem como a integração social daqueles que estão em desconformidade com a lei penal.

Esta garantia decorre da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989¹⁰³, baseia-se no dever de cuidado, o qual deve ser assegurado absolutamente¹⁰⁴, ainda que os genitores se encontrem privados de liberdade.

Frise-se que a família é base da sociedade e, nesse contexto, precisa ter proteção específica do Estado. Este entendimento deve pautar as diretrizes de uma política de atendimento à família, com programas sociais adequados, distribuição dos

¹⁰¹ Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>. Acesso em: 07 jun. 2015.

¹⁰² DALLARI, Dalmo de Abreu. Art. 4º. In: CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários jurídicos e sociais*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 41-42.

¹⁰³ ISHIDA, Válder Kenji. *Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 43.

¹⁰⁴ DECCACHE, Lúcia Cristina Guimarães. A Garantia Constitucional da Convivência Familiar e a Proibição do Retrocesso. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 57 e 60, dez. 2008.

recursos, que viabilizem o planejamento e a assistência a todos os integrantes, principalmente as crianças e os adolescentes¹⁰⁵.

Sabe-se que é fundamental que todos os direitos descritos possam ser efetivamente resguardados, priorizando as necessidades especiais das crianças e dos adolescentes. E diante do problema da presente pesquisa, verifica-se a importância de se abordar o direito à convivência familiar, sobretudo, no âmbito da privação de liberdade, em face da garantia da prioridade e do pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.

¹⁰⁵ CINTRA, Maria do Rosário Leite. Art. 19. In: CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários jurídicos e sociais*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 110.

3 ASPECTOS QUANTO À CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM OS GENITORES PRIVADOS DE LIBERDADE

Nesse capítulo será abordada a questão da convivência e a possibilidade de permanência da criança ou do adolescente no sistema prisional, que de um lado aparenta impactar significativamente a integridade psicofísica, a segurança e o pleno desenvolvimento destes indivíduos, sob a perspectiva dos princípios que informam o Paradigma da Proteção Integral; de outro, a importância da manutenção e exercício do vínculo materno e paterno, sobretudo, durante o período de privação do alvedrio.

3.1 Relações Familiares e a Criança e o Adolescente

Sobre as relações familiares, Elias enumera fatores que as influenciaram, dentre eles, o cristianismo proveniente das reflexões bíblicas, a transformação da sociedade, o fortalecimento da família e os valores decorrentes das relações interpessoais¹⁰⁶. Acrescenta-se ainda, a modificação do padrão social e econômico das famílias, a influência da tecnologia e a flexibilidade do ser humano¹⁰⁷.

Todos estes fatores ensejaram um novo modelo familiar, se distanciando da tutela matrimonial consolidada na sociedade e se reportando a uma relação pautada na busca pela satisfação dos vínculos afetivos e na realização pessoal. Esta repersonalização traz a concepção da família como baldrame da sociedade, baseada na construção e no desenvolvimento de novas relações¹⁰⁸.

¹⁰⁶ ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 31-32.

¹⁰⁷ GIRARDI, Viviane. *Famílias Contemporâneas, Filiação e Afeto*: a possibilidade jurídica da adoção por homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 23.

¹⁰⁸ Ibidem. p. 30-33.

Além disso, infere-se desta modificação que os indivíduos inseridos no ambiente familiar devem ser respeitados na plenitude de suas características pessoais¹⁰⁹, objetivando a melhor formação da sua personalidade¹¹⁰.

Nessa ótica, a família reflete a concretização das necessidades individuais, a estabilidade, o amparo e bem-estar a todos os membros¹¹¹. O ambiente familiar também influencia na formação de laços afetivos entre os genitores e seus respectivos filhos¹¹².

Os laços afetivos propiciam a socialização dos filhos, contribuem na formação dos seus valores éticos, morais, comportamentais e sociais, que influenciam o caráter e permeiam a personalidade da criança e do adolescente¹¹³. Desta forma, o contexto familiar deve proporcionar ambiente de condições profícuas, para que não influencie negativamente no desenvolvimento integral do infanto-juvenil¹¹⁴.

Sobral ressalta que o afeto deverá permear todo ambiente familiar, uma vez que as relações atuais se pautam pelo aspecto da afetividade e não somente pela genética. Neste sentido, a afeição é definida como vínculo emocional originário da convivência familiar, cujo valor representará o sentimento entre todos os membros e, sobretudo, a integração dos pais com os filhos¹¹⁵.

¹⁰⁹ MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade. Direito Fundamental à Convivência Familiar. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente – Aspectos Teóricos e Práticos*. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 130.

¹¹⁰ GIRARDI, Viviane. *Famílias Contemporâneas, Filiação e Afeto*: a possibilidade jurídica da adoção por homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 35.

¹¹¹ MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade. Direito Fundamental à Convivência Familiar. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente – Aspectos Teóricos e Práticos*. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 135.

¹¹² GIRARDI, Viviane. *Famílias Contemporâneas, Filiação e Afeto*: a possibilidade jurídica da adoção por homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 106.

¹¹³ PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente*: uma proposta interdisciplinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 111-112.

¹¹⁴ ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescentes*: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 32.

¹¹⁵ SOBRAL, Mariana Andrade. Princípios Constitucionais e as Relações Jurídicas Familiares. 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8400>. Acesso em: 01 set. 2015.

Nessa esteira, o contato proporciona o reconhecimento da criança e do adolescente sobre determinadas concepções de integração, de respeito, de afetividade, de convivência social, dentre outros. O relacionamento familiar se torna a referência no apresto do infanto-juvenil sob o aspecto social, em relação as suas necessidades básicas e as atividades práticas que foquem no desenvolvimento integral¹¹⁶.

Portanto, a família é o elemento de socialização do indivíduo, em particular da criança e do adolescente, a qual servirá como instrumento no desenvolvimento da personalidade e das necessidades¹¹⁷, devendo buscar o melhor interesse do infanto-adolescente e assegurar todos os direitos, a fim de possibilitar um desenvolvimento saudável.

Oportuno frisar que a Declaração Universal dos Direitos do Homem no artigo 16.3¹¹⁸ e o Pacto de San José da Costa Rica, no artigo 17.1¹¹⁹ contemplam a família como núcleo da sociedade, a qual deve ser protegida pelo Estado e pela própria sociedade.

No mesmo sentido, a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 em seu princípio VI determina a prevalência familiar, com o intuito de assegurar a criança e ao adolescente uma relação benesse que atenda devidamente aos seus anseios bem como contempla permanência com a genitora no período de tenra idade¹²⁰.

¹¹⁶ DALLARI, Dalmo de Abreu. Art. 4º. In: CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários jurídicos e sociais*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 41-42.

¹¹⁷ GIRARDI, Viviane. *Famílias Contemporâneas, Filiação e Afeto: a possibilidade jurídica da adoção por homossexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 133.

¹¹⁸ Artigo 16.º 3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado. UNIDOS PELOS DIREITOS HUMANOS. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. 2015. Disponível em: < <http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-11-20.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

¹¹⁹ Artigo 17 - Proteção da família: 1. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado. BRASIL. *Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: tratado internacional: convenção americana de direitos humanos (1969): pacto de San José da Costa Rica*. 2015. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

¹²⁰ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Declaração dos Direitos da Criança: 1959*. 2015. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>> Acesso em: 01 set. 2015.

Em idêntica trilha, conforme abordagem no segundo capítulo, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, reconhece no Preâmbulo, que a família é o referencial para a formação da personalidade de todos os componentes e que o ambiente deve propiciar amor, carinho e estabilidade principalmente para a criança¹²¹.

Cite-se ainda, as Regras Mínimas para Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não-Privativas de Liberdade Para as Mulheres em Conflito com a Lei, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2010, a qual dispõe a preferência do contato entre as genitoras e seus respectivos filhos, desde que observado o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente e a segurança social¹²².

Nesse cenário, a Constituição Federal de 1988 elevou a convivência familiar como um direito conferido à criança e ao adolescente, reconhecendo-os como detentores de direitos inerentes ao ser humano e determinando prioridade absoluta a essa categoria, dividindo a responsabilidade entre a família, a sociedade e o Estado, a fim de resguardarem todos os direitos fundamentais.

Sob influência desse conjunto normativo, o Estatuto da Criança e do Adolescente determinou a prevalência das relações familiares, uma vez que esse contato resultaria em benesses para o processo de formação da criança e o adolescente. Ainda, definiu que o ambiente familiar deverá estar a salvo de situações potencialmente perigosas, que possam violar direitos dessa categoria¹²³.

Ferreira e Bittencourt sustentam que o dever de cuidado é fundamental para a tutela dos direitos inerentes à infanto-adolescência. Acrescentam que o cuidado resulta

¹²¹ BRASIL. *Decreto nº 99.710, de 21 de Novembro de 1990*. Promulga a Convenção sobre os Direitos da criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.

¹²² PASTORAL CARCERÁRIA. *Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok)*. 2015. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Tradu%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-oficial-das-Regras-de-Bangkok-em-11-04-2012.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

¹²³ FONSECA, Antonio Cesar Lima da. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 65-67.

da afetividade, cujo valor deve ser preservado em todas as relações, em particular, da criança e do adolescente¹²⁴.

A tutela do cuidado deve ser observada como instrumento jurídico a ser analisado diariamente, objetivando a precisa aplicação dos valores consagrados pelo Paradigma da Proteção Integral¹²⁵. Ressalta-se que esta tutela está atrelada ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, no qual refere-se ao reconhecimento dos valores normativos, a fim de preservar a criança e o adolescente de qualquer tratamento degradante, vexatório ou que possa ensejar constrangimento¹²⁶.

Considerando que o cuidado norteia todas as relações e sua aplicação não pode ser suprimida, tem-se que é critério impositivo, no qual deverá permear a integração e satisfação das necessidades da criança e do adolescente.

Portanto, a família representa a plenitude da tutela do cuidado e do afeto, sobretudo, do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, a qual deverá proporcionar a melhor formação dos indivíduos¹²⁷. Esta tutela faz-se necessária para a constituição da personalidade da criança e do adolescente¹²⁸.

3.2 A Convivência Familiar no Âmbito do Encarceramento dos Genitores

No que concerne à convivência familiar no âmbito de privação dos genitores, essa participação no desenvolvimento da criança e do adolescente era uma realidade diversa, uma vez que o direito assegurado não ocorria, diante do óbice dos

¹²⁴ FERREIRA, Lucia Maria Teixeira; BITTENCOURT, Sávio Renato. As Políticas Públicas e o Ministério Público como Agentes Garantidores do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes Abrigados. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 68, dez. 2008.

¹²⁵ TELLES, Marília Campos Oliveira e; COLTRO, Antônio Carlos Mathias. O Estatuto da Criança e do Adolescente: uma lei de gente grande. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 72, dez. 2008.

¹²⁶ FONSECA, Antonio Cesar Lima da. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 62.

¹²⁷ PELUSO, Antônio Cesar. *Os Direitos Humanos da Família, Criança e Adolescente*. São Paulo: 2001. p. 78.

¹²⁸ MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos*. Barueri – SP: Manole, 2003.p. 160-161.

estabelecimentos penais, sob o argumento de condições inadequadas para o ingresso e a permanência dos filhos.

Conforme salientado no primeiro capítulo, os estabelecimentos penais adotavam este entendimento para preservar a integridade da criança e do adolescente, considerando a vulnerabilidade que possuem, pelo fato de que ainda estão em desenvolvimento e que o universo carcerário propiciaria experiências vexatórias e por conseguinte prejuízos, até mesmo irreparáveis.

Contudo, a Lei nº 12.962/2014 inseriu o parágrafo 4º no artigo 19, do Estatuto da Criança e do Adolescente contemplando a convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, por meio de visitas periódicas, independentemente de autorização judicial.

Assim, se por um lado o novo instrumento normativo objetiva minimizar os empecilhos impostos pela realidade do sistema penitenciário, aprimorar a maternidade e a paternidade e por conseguinte estimular a cidadania, por outro expõe as crianças e os adolescentes a situações de risco e constrangedoras, contexto que vai de encontro aos princípios do Paradigma da Proteção Integral.

Ressalta-se que esse direito consiste em uma obrigação atribuída ao Estado e a sociedade, a qual deverá ocorrer por meio de diretrizes específicas, a fim de viabilizar condições adequadas de assistência a cada um dos integrantes da família¹²⁹. Ainda, que os pais estejam privados de liberdade, deve-se priorizar a manutenção das relações, minimizando o distanciamento e estimulando o convívio.

Para Rizzini estas diretrizes consistem em uma formulação de políticas sociais articuladas para a estrutura da família, em especial, a criança e ao adolescente,

¹²⁹ FERREIRA, Lucia Maria Teixeira; BITTENCOURT, Sávio Renato. As Políticas Públicas e o Ministério Público como Agentes Garantidores do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes Abridados. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 67, dez. 2008.

considerando suas potencialidades, contexto social, fortalecimento do aspecto afetivo e a articulação do Estado e da sociedade¹³⁰.

Sob essa perspectiva, a tutela estatal implica em estabelecer planejamento institucional dentro dos estabelecimentos prisionais, a fim de propiciar cenário digno para os genitores privados de liberdade e seus filhos¹³¹.

Acerca da responsabilização Bobbio enfatiza que, a problemática funda-se na proteção dos direitos fundamentais, não importando quais são os direitos, mas estabelecendo critério para assegurá-los, de modo que não haja supressão¹³².

Para Mendes e Branco a tutela estatal deverá ser mais efetiva diante da privação da liberdade, de forma a adotar as medidas cabíveis e apropriadas para garantir a devida assistência aos apenados¹³³.

Desta forma, ainda que os genitores estejam encarcerados, os direitos fundamentais deverão ser salvaguardados, destacando-se o direito à dignidade da pessoa humana. Contudo, evidencia-se o antagonismo entre a tutela conferida pelo Texto Constitucional e a política de atendimento destinada aos apenados¹³⁴, uma vez que observa-se a carência de materiais básicos para manutenção digna, a insuficiência de profissionais qualificados e de recursos para assistir adequadamente estas pessoas.

O quadro extraído das entrevistas realizadas com os dirigentes das Penitenciárias do Distrito Federal retrata esta realidade em inúmeros estabelecimentos penitenciários no país, com realce ao descaso presente no sistema prisional, em face

¹³⁰ RIZZINI, Irene (Org.). *Acolhendo Crianças e Adolescentes: Experiências de Promoção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2006. p. 52.

¹³¹ MARIN, Isabel da Silva Kahn. *Tornar-se Mães Num Presídio: a criação de um espaço potencial*. 2015. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Artigo-Isabel-Marin_Tornar_se_mae_num_presidio.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

¹³² BOBBIO, Norberto. *A Era Dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 25.

¹³³ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 260.

¹³⁴ VASCONCELOS, E. D. S. D.; QUEIROZ, R. F. D. F.; CALIXTO, G. A. D. M. *A Precariedade do Sistema Penitenciário Brasileiro: violação dos direitos humanos*. 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10363&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 23 set. 2015.

do crescente quantitativo de encarcerados, das condições inapropriadas para que permaneçam nesse ambiente e da fragilidade do sistema prisional¹³⁵.

Além disso, o ambiente carcerário expõe aqueles que estão dentro do Estabelecimento Penal e os visitantes a situações vexatórias e de riscos, as quais podem causar prejuízos físicos e psicológicos¹³⁶, especialmente quando os visitantes se tratarem de crianças e adolescentes.

A partir da premissa de que a criança e o adolescente estão em pleno desenvolvimento, se distinguem dos adultos e necessitam de proteção específica que atenda às suas necessidades e aos seus interesses, a inserção dessa categoria no ambiente carcerário constituiria uma influência negativa para a sua formação, conforme base principiológica do Paradigma da Proteção Integral.

Relembre-se que a condição peculiar em desenvolvimento define que as crianças e os adolescentes não estão na plenitude quanto à capacidade e formação, por isso, atribui-se a responsabilidade à família, à sociedade e ao Estado, a fim de resguardar a formação saudável destes indivíduos, de modo que não fiquem expostos à situações que impliquem em prejuízo.

Nesse conduto de ideias, a exposição ao ambiente carcerário prejudicaria o desenvolvimento físico, psíquico e até mesmo moral desta categoria, além de colocá-los em risco. Logo, esta exposição ecoaria negativamente, devendo prevalecer o resguardo à integridade das crianças e dos adolescentes.

Da mesma forma, essa convivência familiar esbarra no Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, pois este princípio refere-se a uma prevalência dos interesses da criança e do adolescente sobre todos os demais, inclusive nas

¹³⁵ SILVA, Elisa Levien da. *A realidade do sistema penitenciário brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana*. 2013. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7926/A-realidade-do-sistema-penitenciario-brasileiro-e-o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

¹³⁶ HAMMERSCHMIDT, Denise. O Direito da Criança e do Adolescente e a Tutela Jurisdicional Diferenciada. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 102, n. 931, p. 380, maio 2013.

relações familiares. Estes interesses devem ser utilizados em todo e qualquer processo de interpretação¹³⁷.

Para Costa, esse princípio configura confere o norte da interpretação do caso concreto, em face dos direitos da criança e do adolescente¹³⁸. Desta forma, a interpretação mais coesa quanto ao princípio aponta para a prevalência do melhor para estes indivíduos.

Portanto, a interpretação desse princípio necessita estar de acordo com os valores normativos nacionais e internacionais, protegendo de fato o melhor interesse da criança e do adolescente, assim, resguardando todos os seus direitos em face do pleno desenvolvimento.

Corroborando esse entendimento, Gonçalves define que a interpretação do princípio não é facultativa. Ainda que sua aplicação seja realizada apenas no caso concreto, ele não pode ser desconsiderado, a fim de prevalecer as verdadeiras necessidades da infanto-adolescência¹³⁹.

Ainda, o interesse da criança e do adolescente deve ser sopesado diante de todas as considerações sociais, políticas, jurídicas e inclusive familiares¹⁴⁰. No entanto, ele não constitui uma análise do melhor na ocasião, mas na verdade uma garantia efetiva de que o interesse envolvido reverberar em benesses ao infanto-adolescente¹⁴¹.

Diante disso, evidencia-se uma incompatibilidade dos princípios que sedimentam o Paradigma da Proteção Integral, com o ingresso ou a permanência da criança e do

¹³⁷ COSTA, Ana Paula Motta. *Os Adolescentes e Seus Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2012. p. 12.

¹³⁸ Ibidem, p. 13-14.

¹³⁹ GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. *Breves Considerações sobre o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente*. 2015. Disponível em: <http://www.editoramagister.com/doutrina_23385195_BREVES_CONSIDERACOES_SOBRE_O_PRINCIPIO_DO_MELHOR_INTERESSE_DA_CRIANCA_E_DO_ADOLESCENTE.aspx>. Acesso em: 01 set. 2015.

¹⁴⁰ TELLES, Marília Campos Oliveira e; COLTRO, Antônio Carlos Mathias. O Estatuto da Criança e do Adolescente: uma lei de gente grande. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 76, dez. 2008.

¹⁴¹ DIÁCOMO, Murillo José; DIÁCOMO, Ildeara Amorim. *Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado*. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2012. p. 134- 135.

adolescente no ambiente carcerário. Esta situação enseja em aparente conflito entre o artigo 227 da Constituição Federal e o parágrafo 4º do artigo 19, disposto no ECA, o que pode gerar questionamento quanto à sua constitucionalidade, não sendo esse, contudo, o ponto central da hipótese de pesquisa.

A visita ou a permanência da criança ou do adolescente na fragilidade do ambiente carcerário, conforme contextualização realizada anteriormente, não condiz com a primazia da integridade da criança e do adolescente, à luz do Princípio da Prioridade Absoluta.

Nesse sentido, relembre-se quanto à construção jurisprudencial acerca da Ponderação de Valores, em que diante do aparente conflito entre direitos faz-se necessária análise para definir qual deles deverá ser utilizado no caso concreto. A ponderação busca sedimentar objetivamente os valores, de acordo com inúmeros critérios, para que a norma definida ao final do processo atenda o fim pretendido, sem contudo, significar arbitrariedade ou insegurança no ordenamento jurídico¹⁴².

Além disso, esta ponderação de valores atrela-se ao Princípio da Proporcionalidade, oriundo do direito alemão, com a finalidade de ser utilizado para resguardar os demais princípios. Divide-se em três parâmetros, quais sejam: “adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito”¹⁴³. Os três parâmetros constituem elementos que definem o direito preponderante diante do conflito com outros direitos¹⁴⁴.

O primeiro parâmetro consiste na utilização de um meio para alcançar o resultado almejado, a partir de uma análise de razoabilidade, a fim de evitar a discricionariedade. O segundo diz respeito à preferir o meio menos gravoso, que possa alcançar da mesma forma o fim, sem suprimir os demais direitos; enquanto no terceiro

¹⁴² COSTA, Gustavo Carvalho. Ponderação e o Princípio da Proporcionalidade. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*. Pouso Alegre, v. 24, n. 26, p. 141, jan./jun. 2008.

¹⁴³ Ibidem, p. 155.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 159.

faz-se a avaliação entre a restrição dos outros direitos e as benesses do direito definido¹⁴⁵.

No que concerne ao aparente conflito entre a convivência da criança e do adolescente com seus genitores no ambiente carcerário e o Paradigma da Proteção Integral deve ocorrer a ponderação de valores, por meio dos três parâmetros citados. A ponderação deve ser manifestada mediante análise da compatibilização da alteração legislativa com a tutela protetiva destinada às crianças e aos adolescentes, se não existe outra forma para a manutenção da convivência familiar, bem como se as consequências do ingresso e da permanência ensejariam em danos a esta categoria¹⁴⁶.

Dessa forma, evidencia-se uma contradição entre a convivência da criança e do adolescente no âmbito prisional, em face dos princípios mencionados anteriormente, na medida em que o ambiente propicia situações constrangedoras, riscos, insegurança e o local não oferece condições adequadas para os indivíduos, sobretudo, para os filhos.

Mendes e Branco descrevem que o desrespeito ao Princípio da Proporcionalidade constitui elemento preponderante para a invalidez da norma. Da mesma forma, expõem que a lei não pode suprimir outros direitos¹⁴⁷.

Nesse sentido, o direito à convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade não pode mitigar os demais direitos consagrados a essa categoria por meio da tutela protetiva reconhecida nos instrumentos normativos nacionais e internacionais mencionados anteriormente.

Resta claro, que deve haver prudência na interpretação da Lei nº 12.962/2014, que orienta-se pelos princípios em questão, considerando, sobretudo, o contexto de vulnerabilidade natural à formação saudável desta categoria.

¹⁴⁵ COSTA, Gustavo Carvalho. Ponderação e o Princípio da Proporcionalidade. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*. Pouso Alegre, v. 24, n. 26, p. 155-157, jan./jun. 2008.

¹⁴⁶ SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. Ponderação de Princípios. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*. Pouso Alegre, v. 24, n. 26, p. 179, jan./jun. 2008.

¹⁴⁷ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 235.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa versou sobre o direito à convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, reconhecido pela Lei nº 12.962/2014, na perspectiva do Paradigma da Proteção Integral.

Teve por objetivo analisar este instrumento normativo que optou por privilegiar o direito familiar, mediante a possibilidade de visitas periódicas da criança e do adolescente aos genitores no âmbito prisional, desconsiderando os riscos causados pela inserção e permanência dessa categoria no ambiente carcerário, sobretudo, quanto ao desenvolvimento saudável.

Observou-se que os Estabelecimentos Penitenciários vedavam tal convivência, por não terem condições adequadas para receber esta categoria e principalmente por questões de segurança. A partir desse contexto, a Pastoral Carcerária em parceria com Órgãos Públicos do Estado de São Paulo desenvolveram o projeto “Mães do Cárcere”, a fim de assegurar direitos para as genitoras, sobretudo, a manutenção do vínculo familiar.

Na perspectiva deste projeto, inúmeros debates foram realizados e estabeleceu-se a necessidade de realização de uma política de atendimento às genitoras encarceradas. O principal desdobramento refere-se à proposta legislativa nº 58/2013, que reconheceu a importância da preservação do vínculo familiar e da garantia de todos os direitos inerentes ao ser humano. Esta proposta foi sancionada pela Presidente, alterando inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), com a finalidade de resguardar os laços afetivos, assegurando as visitas periódicas de crianças e adolescentes aos seus genitores encarcerados.

Constatou-se, por meio das entrevistas realizadas com os dirigentes dos Presídios Feminino e Masculino do Distrito Federal, que o ambiente carcerário propicia condições inadequadas para permanência dos genitores que estão em cumprimento de pena, bem como para a criança e o adolescente, uma vez que esta categoria passa por

situações constrangedoras, desumanas, que podem prejudicar o bom desenvolvimento, tanto para o ingresso, quanto para a permanência no decorrer da visita.

Vislumbrou-se que o ingresso e a permanência da criança e do adolescente no ambiente prisional confronta com o Paradigma da Proteção Integral, pautado nos instrumentos normativos internacionais e nacionais, com ênfase à Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, em razão de reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direito. A partir desta nova concepção, adotou-se no plano normativo a tutela integral destinada à criança e ao adolescente, presente na Constituição Federal de 1988 e reproduzida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Constatou-se que compete principalmente à família assegurar esta proteção especial, de modo a proporcionar um desenvolvimento saudável desta categoria, o que requer cuidado, sendo essa uma obrigação definida, inclusive, para os pais privados de liberdade.

Entretanto, o ingresso e a permanência da criança ou do adolescente nas penitenciárias brasileiras está em descompasso com o Paradigma da Proteção Integral, no qual a exposição ao ambiente prisional ecoa negativamente, de modo que aparenta proporcionar inúmeros prejuízos à integridade física, moral e psicológica destes indivíduos.

Notou-se, ainda, que apesar do direito à convivência familiar estar assegurado pela Constituição Federal, a tutela especial destinada à esse grupo deverá prevalecer sobre os demais direitos. Diante da eventual tensão entre os interesses da infanto-adolescência e o direito à convivência familiar no âmbito prisional, a interpretação adequada a ser utilizada refere-se à primazia dos direitos da criança e do adolescente.

Esta interpretação não constitui privilégio, mas uma adequação e ponderação de valores à condição da criança e do adolescente, no sentido de que ainda estão em desenvolvimento e necessitam de proteção específica. Assim, o que deve prevalecer são os interesses da criança e do adolescente na sua globalidade.

Observou-se que, a par da fragilidade da Lei nº 12.962/2014, quanto à sua harmonia com o Texto Constitucional, cabe ao Estado, por meio de políticas públicas reordenar o sistema prisional, com intuito de modificar as atuais condições inadequadas nos presídios brasileiros, quadro verificado nas entrevistas realizadas nas Penitenciárias Feminina e Masculina do Distrito Federal. Estas políticas devem criar estratégias que possibilitem assegurar a convivência familiar dos pais encarcerados com os seus filhos, porém sem colocar as crianças e os adolescentes em flagrante risco, situação que, sem dúvida, afronta o Paradigma da Proteção Integral.

REFERÊNCIAS

AMIN, Andréa Rodrigues. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____. O Direito Material sob Enfoque Constitucional. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS. *Mães do Cárcere dá Assistência a Mães e Gestantes Presas*. 2012. Disponível em: <<http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=15787>>. Acesso em: 25 maio 2015.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. *Violência Sexual Intrafamiliar: é possível proteger a criança?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A Era Dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____. *Decreto nº 99.710, de 21 de Novembro de 1990*. Promulga a Convenção sobre os Direitos da criança. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. *Lei nº 6.697, de 16 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. Brasília, 1979. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em 10 out. 2014.

_____. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. *Lei nº 12.962, de 8 de abril de 2014*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Estatuto da criança e do adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12962.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. *Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: tratado internacional: convenção americana de direitos humanos (1969): pacto de San José da Costa Rica*. 2015.

Disponível em:

<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>.

Acesso em: 21 jul. 2015.

_____. *Senado Federal*: projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2013. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990: Estatuto da criança e do adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. 2013.

Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=136062&tp=1>>. Acesso em 27 maio 2015.

CAPISTRANO, Márcio Anderson Silveira. *A Técnica da Ponderação de Valores e a Justificação Racional das Decisões Judiciais*. 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12517>. Acesso em: 17 set. 2015.

CERNEKA, Heidi Ann. *Regras de Bangkok*: está na hora de fazê-las valer! 2015.

Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/As-Regras-de-Bangkok-ibccrim.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

CINTRA, Maria do Rosário Leite. Art. 19. In: CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente*: comentários jurídicos e sociais. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

COELHO, João Gilberto Lucas. Art. 3º. In: CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente*: comentários jurídicos e sociais. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA. *Deliberação CSDP nº 291, de 14 de fevereiro de 2014*. 2014. Disponível em:

<<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=49534&idModulo=5010>>. Acesso em: 01. jun. 2015.

COSTA, Ana Paula Motta. *Os Adolescentes e Seus Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2012.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Natureza e implantação do novo Direito da Criança e do Adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei 8.069/90: estudos sociojurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

COSTA, Daniel Carnio. Estatuto da Criança e do Adolescente: teoria da situação irregular e teoria da proteção integral: avanços e realidade social. *Revista Síntese de Direito Civil e Processo Civil*, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 53-63, nov./dez. 2000.

COSTA, Gustavo Carvalho. Ponderação e o Princípio da Proporcionalidade. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*. Pouso Alegre, v. 24, n. 26, p. 131-160, jan./jun. 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Art. 4º. In: CURY, Munir (Coord.). *Estatuto da Criança e do Adolescente*: comentários jurídicos e sociais. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

DECCACHE, Lúcia Cristina Guimarães. A Garantia Constitucional da Convivência Familiar e a Proibição do Retrocesso. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 55-61, dez. 2008.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Mães do Cárcere*: construindo caminhos para garantia da convivência familiar de mulheres e crianças. São Paulo, 2011. Disponível em:

<<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/Folder%20M%C3%A3es%20do%20C%C3%A1rcere%20%282%29.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. “*Mães do Cárcere*”: projeto da Defensoria Pública de SP leva assistência jurídica a mães e gestantes que estão presas no estado. São Paulo, 2012. Disponível em:

<<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=44372&idPagina=1&flaDestaque=V>>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. *Mães em Cárcere*: dados estatísticos 2013. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/30/Documentos/M%C3%A3es%20em%20C%C3%A1rcere%20-%20Dados%20Estat%C3%ADticos-2013%20-%20Geral%20e%20por%20unidade.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2015.

DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara; OLIVEIRA, Thales Cezar de. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Atlas, 2009.

DIÁCOMO, Murillo José; DIÁCOMO, Ildeara Amorim. *Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado*. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2012.

ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescentes*: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 2010.

FALSARELLA, Christiane. O Impacto da Convenção sobre os Direitos da Criança no Direito Brasileiro. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v. 21, n. 83, p. 409-423, abr./ jun. 2013.

FERREIRA, Lucia Maria Teixeira; BITTENCOURT, Sávio Renato. As Políticas Públicas e o Ministério Público como Agentes Garantidores do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes Abrigados. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 62-69, dez. 2008.

FOCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FONSECA, Antonio Cesar Lima da. *Direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011.

GIRARDI, Viviane. *Famílias Contemporânea, Filiação e Afeto*: a possibilidade jurídica da adoção por homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. *Breves Considerações sobre o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente*. 2015. Disponível em: <http://www.editoramagister.com/doutrina_23385195_BREVES_CONSIDERACOES SOBRE_O_PRINCIPIO_DO_MELHOR_INTERESSE_DA_CRIANCA_E_DO_ADOLESCENTE.aspx>. Acesso em: 01 set. 2015.

HAMMERSCHMIDT, Denise. O Direito da Criança e do Adolescente e a Tutela Jurisdicional Diferenciada. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 102, n. 931, p. 377-387, maio 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. *Resolução do CNPCP disciplina situação de filhos de mulheres encarceradas*. 2009. Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br/noticia/13345-Resoluo-do-CNPCP-disciplina-situao-de-filhos-de-mulheres-encarceradas>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

ISHIDA, Válder Kenji. *Estatuto da criança e do adolescente*: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2014.

JORNAL DO SENADO. *Convivência entre Presos e seus Filhos é Direito Garantido*. 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/03/19/convivencia-entre-presos-e-seus-filhos-e-direito-garantido>>. Acesso em: 27 maio 2015.

MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade. Direito Fundamental à Convivência Familiar. In: MACIEL, Kátia Regina Lobo Ferreira Andrade (Coord.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente*: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Saraiva, 2015.

MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos*. Barueri – SP: Manole, 2003.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. *Tornar-se Mães Num Presídio*: a criação de um espaço potencial. 2015. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Artigo-Isabel-Marin_Tornar_se_mae_num_presidio.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NÚCLEO DA MULHER. *Mães no Cárcere*: observações técnicas para a atuação profissional em espaços de convivência de mulheres e seus filhos. 2015. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Cartilha-M%C3%A3es-no-C%C3%A1rcere-_Leitura.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.

PASTORAL CARCERÁRIA. *Carta de São Paulo*. 2011. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wpcontent/uploads/2012/09/CARTA-DE-SP-PDF.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2015.

_____. *Experiência da Pastoral Carcerária Inspira Política de Atendimento a Mães Presas em SP*. 2014. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/experiencia-da-pastoral-carceraria-inspira-politica-de-atendimento-a-maes-presas-em-sp.html>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. *Penitenciária são feitas por homens para homens*. 2015. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas-versaofinal1.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. *Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok)*. 2015. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Tradu%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-oficial-das-Regras-de-Bangkok-em-11-04-2012.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

PELUSO, Antônio Cesar. *Os Direitos Humanos da Família, Criança e Adolescente*. São Paulo: 2001.

PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. O Princípio do Melhor Interesse da Criança no Âmbito das Relações Familiares. In: PEREIRA, Rodrigo Cunha; GROENINGA, Giselle (Coords.) *Direito de Família e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

RIZZINI, Irene (Org.). *Acolhendo Crianças e Adolescentes: Experiências de Promoção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2006.

SÃO PAULO. *Secretaria de Administração Penitenciária: realizações da SAP: inauguração de novas unidades prisionais e entrega de reformas*. 2008. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0300-0399/not349.html>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. Ponderação de Princípios. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*. Pouso Alegre, v. 24, n. 26, p. 161-179, jan./jun. 2008.

SILVA, Elisa Levien da. *A realidade do sistema penitenciário brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana*. 2013. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7926/A-realidade-do-sistema-penitenciario-brasileiro-e-o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

SILVA, Mário Luiz. A Hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos à Luz da Constituição Federal de 1988. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22917/a-hierarquia-dos-tratados-internacionais-de-direitos-humanos-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988/4>>. Acesso em: 10 dez. 2015

SOBRAL, Mariana Andrade. *Princípios Constitucionais e as Relações Jurídicas Familiares*. 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8400>. Acesso em: 01 set. 2015.

TELLES, Marília Campos Oliveira e; COLTRO, Antônio Carlos Mathias. O Estatuto da Criança e do Adolescente: uma lei de gente grande. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 70-76, dez. 2008.

UNIDOS PELOS DIREITOS HUMANOS. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. 2015. Disponível em: <<http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-11-20.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Declaração dos Direitos da Criança*: 1959. 2015. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 01 set. 2015.

VASCONCELOS, E. D. S. D; QUEIROZ, R. F. D. F.; CALIXTO, G. A. D. M. A *Precariedade do Sistema Penitenciário Brasileiro: violação dos direitos humanos*. 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10363&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 23 set. 2015.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Sistema de Justiça da Infância e da Juventude: construindo cidadania e não a punição*. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15186/13812>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENTREGUE À DIRETORA DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL

“A Convivência da Criança e do Adolescente com os Genitores Privados de Liberdade: Análise à Luz do Paradigma da Proteção Integral”

Instituição da pesquisadora: UniCEUB

Pesquisadora: Gleyciane Rodrigues dos Santos Barbosa

Orientadora: Selma Leite do Nascimento S. de Souza

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é aprofundar o conhecimento sobre a convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, prevista na vigente Lei nº 12.962/2014, perpassando pelos apontamentos sobre o estudo “Mães do Cárcere” realizado pela Pastoral Carcerária que culminou na lei supracitada, bem como pela análise dos principais fundamentos que consagram a proteção integral à criança e ao adolescente;
- Você está sendo convidado a participar em virtude da necessidade de informações sobre o tema.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em fornecer informações acerca da convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade;
- O procedimento é por meio de questionário, que pode ser gravado, desde que tenha anuência da participante;
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo;
- A pesquisa será realizada na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, localizada na Granja Luis Fernando, Área Especial n. 02, Setor Leste do Gama, Gama – DF, CEP 72.460-000.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixo risco que é inerente do procedimento de resposta ao questionário;
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo;
- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento a pesquisadora sobre a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar;
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora responsável;
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pela pesquisadora e não será permitido o acesso a outras pessoas;

- O material com as suas informações (questionário e a gravação) ficará guardado sob a responsabilidade da Gleyciane Rodrigues dos Santos Barbosa com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade;
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, _____ RG _____
_____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia ficará com a pesquisadora, e a outra será fornecida a senhora.

Brasília, 18 de Março de 2015.

Participante

Gleyciane Rodrigues dos Santos Barbosa

Endereço da Responsável pela Pesquisa:

Instituição de Ensino: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: QE 38 Conjunto C casa 07

Bairro/Cidade: Guará 2

CEP: 71.070-030

Telefones p/contato: (61) 8342-3576/ (61) 3297-7504

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ENTREGUE AO DIRETOR DA PENITENCIÁRIA MASCULINA DO DISTRITO
FEDERAL**

**“A Convivência da Criança e do Adolescente com os Genitores Privados de
Liberdade: Análise à Luz do Paradigma da Proteção Integral”**

Instituição da pesquisadora: UniCEUB

Pesquisadora: Gleyciane Rodrigues dos Santos Barbosa

Orientadora: Selma Leite do Nascimento S. de Souza

Você está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é aprofundar o conhecimento sobre a convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade, prevista na vigente Lei nº 12.962/2014, perpassando pelos apontamentos sobre o estudo “Mães do Cárcere” realizado pela Pastoral Carcerária que culminou na lei supracitada, bem como pela análise dos principais fundamentos que consagram a proteção integral à criança e ao adolescente;
- Você está sendo convidado a participar em virtude da necessidade de

informações sobre o tema.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em fornecer informações acerca da convivência da criança e do adolescente com os genitores privados de liberdade;
- O procedimento é por meio de questionário, que pode ser gravado, desde que tenha anuência do participante;
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo;
- A pesquisa será realizada na Penitenciária Masculina do Distrito Federal, localizada Rodovia DF – 465, KM 04, Fazenda Papuda, CEP 71.686-670.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixo risco que é inerente do procedimento de resposta ao questionário;
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo;
- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento a pesquisadora sobre a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar;
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora responsável;
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pela pesquisadora e não será

permitido o acesso a outras pessoas;

- O material com as suas informações (questionário e a gravação) ficará guardado sob a responsabilidade da Gleyciane Rodrigues dos Santos Barbosa com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade;
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, _____ RG _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia ficará com a pesquisadora, e a outra será fornecida ao senhor.

Brasília, 07 de Abril de 2015.

Participante

Gleyciane Rodrigues dos Santos Barbosa

Endereço da Responsável pela Pesquisa:

Instituição de Ensino: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: QE 38 Conjunto C casa 07

Bairro/Cidade: Guará 2

CEP: 71.070-030

Telefones para contato: (61) 8342-3576/ (61) 3297-7504

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO À DIRETORA DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL

Pesquisadora: Gleyciane Rodrigues dos Santos Barbosa

Tema: A Convivência da Criança e do Adolescente com os Genitores Privados de Liberdade: Uma Análise à Luz do Paradigma da Proteção Integral

Questionário

- 1) Como a Penitenciária Feminina do Distrito Federal compreende a convivência da criança e do adolescente com as mães privadas de liberdade?
- 2) Tal convivência colocaria em risco à segurança ou integridade física da criança e do adolescente ou seria prejudicial para a ressocialização das mães que aqui se encontram?
- 3) Como ocorria a convivência entre a criança e do adolescente com as mães privadas de liberdade antes da Lei nº 12.962/2014?
- 4) Qual é o procedimento das visitas entre os filhos e as mães privadas de liberdade?
- 5) É necessária autorização para que os filhos ingressem na Penitenciária? Caso seja, qual a autoridade competente para autorizar?
- 6) Como ocorrem essas visitas? Elas são supervisionadas por alguma agente da Penitenciária Feminina?
- 7) As crianças e adolescente são revistados para ingressar na Penitenciária Feminina?
- 8) Há alguma restrição quanto à idade para a visita?
- 9) O artigo 41 da Lei nº 7.210/84 prevê a possibilidade de que o direito a visita do cônjuge, companheira, parentes e amigos em dias determinados seja suspenso ou restringido mediante ato motivado do diretor do estabelecimento. Tal medida é adotada para suspender ou restringir também a convivência da criança e do adolescente com a mãe privada? Em quais casos?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO AO DIRETOR DA PENITENCIÁRIA MASCULINA DO DISTRITO FEDERAL

Pesquisadora: Gleyciane Rodrigues dos Santos Barbosa

Tema: A Convivência da Criança e do Adolescente com os Genitores Privados de Liberdade: Uma Análise à Luz do Paradigma da Proteção Integral

Questionário

- 1) Como a Penitenciária Masculina do Distrito Federal compreende a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade?
- 2) Tal convivência colocaria em risco à segurança ou integridade física da criança e do adolescente ou seria prejudicial para a ressocialização dos pais que aqui se encontram?
- 3) Como ocorria a convivência entre a criança e do adolescente com os pais privados de liberdade antes da Lei nº 12.962/2014?
- 4) Qual é o procedimento das visitas entre os filhos e os pais privados de liberdade?
- 5) É necessária autorização para que os filhos ingressem na Penitenciária? Caso seja, qual a autoridade competente para autorizar?
- 6) Como ocorrem essas visitas? Elas são supervisionadas por alguma agente da Penitenciária Masculina?
- 7) As crianças e adolescente são revistados para ingressar na Penitenciária Masculina?
- 8) Há alguma restrição quanto à idade para a visita?
- 9) O artigo 41 da Lei nº 7.210/84 prevê a possibilidade de que o direito a visita do cônjuge, companheira, parentes e amigos em dias determinados seja suspenso ou restringido mediante ato motivado do diretor do estabelecimento. Tal medida é adotada para suspender ou restringir também a convivência da criança e do adolescente com o pai privado de liberdade? Em quais casos?